



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 15**

Sessão ordinária de Setembro

Reunião de 30-09-1998

Aos trinta dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Libério da Silva Santos, Lucas Amaro Rodrigues, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais: João Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Libério da Silva Santos, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Luís Miguel Capão Filipe e Manuel Simões Madaíl, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do mês de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto n.º 1 - Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**

**Ponto n.º 2 - Aveiro Digital - Consórcio;**

**Ponto n.º 3 - Sociedade Aveiro Basket - Adesão;**

**Ponto n.º 4 - Derrama;**

**Ponto n.º 5 - Contribuição Autárquica;**

**Ponto n.º 6- Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais;**

**Ponto n.º 7- Serviços Municipalizados - Quadro de Pessoal - Alteração;**

**Ponto n.º 8 - Elaboração do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Aveiro, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 Julho;**

**Ponto n.º 9 - Reabilitação, Desassoreamento e Dragagem da “Pateira de Requeixo”.**

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário as seguintes actas:

Acta n.º 9 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e oito votos e uma abstenção.

Acta n.º 10 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e sete votos e duas abstenções.

Acta n.º 11 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e sete votos e duas abstenções.

Acta n.º 12 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e sete votos e duas abstenções.

Acta n.º 13 - Colocada à discussão verificou-se a seguinte intervenção:

Vogal António Salavessa:

*“Por economia de tempo, evitei estar a intervir em cada uma das actas, visto que a razão desta abstenção é genérica e prende-se com uma causa que é simples. Passou a ser prática, contrariamente aquilo que é anterior, a inclusão na acta da Assembleia Municipal da síntese da deliberação camarária que dá aso à deliberação da Assembleia; até por razões que mais tarde no decorrer da reunião ficarão melhor demonstradas. Entendo que há vantagem do ponto de vista do relato, mas sobretudo do ponto de vista técnico-jurídico, na inclusão na acta da Assembleia daquilo que é de facto proposto à Assembleia para deliberação. Senão ficamos com a exposição do Sr. Presidente ou eventualmente dos Srs. Vereadores e não com o texto exacto da deliberação que nos é proposta ratificar ou assumir. Portanto é essa a razão, que me levou a abster neste conjunto de actas, como sentido de chamar à atenção da Assembleia, para ver se é possível ter em consideração esta preocupação.”*

Presidente da Mesa:

*“Tem toda a pertinência a sua observação. Consultada a Mesa, queria pedir aos serviços que sem prejuízo da síntese que entendam fazer ou da transcrição sintética que o representante da Câmara faça às deliberações da Câmara, no final os serviços ponham a seguinte nota: Anexam-se os seguintes documentos e deverão anexar-se nomeadamente, sem prejuízos de outros, os textos de deliberação que a Câmara fez chegar à Assembleia Municipal.”*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta n.º 13, sendo a mesma aprovada por maioria de vinte e seis votos e três abstenções.

Entretanto entrou na sala o Vogal Luís Miguel Capão Filipe.

Presidente da Mesa:

*“Gostaria de informar que está presente o Sr. Augusto Sabino, que é cidadão Angolano e estagiário no município e aluno no CEFA, pediu e foi-lhe deferido, se não houver objecção, para colher em vídeo imagens e som desta reunião, para poder exemplificar no seu país, oportunamente, como decorrem estas reuniões.”*

Continuando e nos termos do art.º 60 do Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para intervirem aos munícipes, Srs. João Pereira de Lemos e Pompílio Carlos Coelho Souto.

Sr. João Pereira de Lemos:

*“Boa tarde meus Senhores. É a primeira vez que estou aqui nesta Assembleia e por isso não me sinto assim muito à vontade, mas vou procurar ser o mais sintético possível na exposição que vou fazer acerca do problema do saneamento na Freguesia de Sta. Joana. Sou membro de uma comissão de moradores e fui eleito como porta voz, para na Assembleia Municipal expor os problemas que a questão do saneamento levantou e levanta entre os utentes da Freguesia. Era convicção dos moradores, que nenhum dos utentes era obrigado a pagar a instalação e taxa de saneamento. Reforçada essa convicção nos pareceres de um advogado e da DECO, em face da lei vigente na altura. Entretanto tivemos uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara nos Serviços Municipalizados, efectuada em Julho, não sei em que dia concretamente e o Sr. Presidente garantiu-nos que até ao dia de hoje, dia da primeira Assembleia Municipal, nenhum utente receberia o chamado aviso, para pagar a taxa. O que não veio a suceder, porque vários utentes receberam os citados avisos, acrescidos de juros de mora, deixando a maioria em angustiante incerteza e com medo de serem coercivamente obrigados a pagar. Prometeu também que ficariam isentos de taxas, os indivíduos que usufruam do rendimento mínimo garantido. Os moradores de S.ta Joana consideram esta decisão de uma interpretação muito vaga, exigindo que para a isenção total do pagamento da instalação e taxa de saneamento, sejam consideradas as seguintes situações.*

*Primeiro - Que o chamado rendimento mínimo garantido, não seja só o praticado pelos serviços sociais, mas sim através de acções individuais produzidas pela Câmara e em cada caso. Pois a maioria dos utentes, muito embora não seja abrangido pelo rendimento mínimo garantido vive em situações de extrema dificuldade.*

*Eu não venho aqui dar lições de moral, mas há uma coisa que a própria vivência nos ensina. Eu moro em S.ta Joana, tenho vizinhos e sei da situação de vida e económica e social da maioria deles e às vezes falta um bocado de sensibilidade a quem está sentado a uma secretária e ganha dezenas ou centenas de contos, por mês, em relação aos problemas concretos e reais de pessoas que na sua maioria são analfabetos e não sabem interpretar sequer uma simples lei. Depois, as suas situações de vida muitas vezes são avaliadas pelo aspecto exterior e não é considerado realidade concreta. Por exemplo; casos de pessoas que são ambos reformados, com reformas de miséria, alguns deles são pessoas sem recursos físicos para se movimentarem, que pagam em média catorze, quinze e dezasseis contos por mês de farmácia e depois são obrigados a pagar contas como noventa contos, que é mais ou menos o que ronda a aplicação da caixa de saneamento.*

*Portanto, eu chamava a atenção, para que de facto quem de direito, olhe para cada caso em si, porque cada caso é um mundo e os Srs. sabem tão bem como eu porque também têm a vossa casa para governar.*

*Ponto dois - Situações em que os utentes por incúria dos serviços municipalizados ou erros técnicos da Câmara na aprovação dos projectos, situando-os de forma a tornar as ligações muito caras ou de difícil ligação, tais como desníveis e arruamentos projectados sem saneamento, casos concretos que se podem apresentar (caso queiram).*

*Ponto três - Consideramos também fora da legalidade cobrar taxas de saneamento aos utentes que despejam em fossas cépticas aprovadas pela própria Câmara, dando origem ao caricato, de o utente ter de pagar duas vezes o mesmo serviço através da taxa ou do vazamento pela bomba da cisterna requisitada à mesma Câmara. Tenho dito”.*

Entretanto entraram na sala os Vogais Rogério Mário Madaíl da Silva e Manuel Júlio Braga Alves.

Sr. Pompílio Carlos Coelho Souto:

*“Boa tarde. Porque o assunto que me traz aqui é delicado e porque o tempo é muito limitado, eu farei a leitura de um texto pequenino e depois darei alguns exemplos que sustentam algumas afirmações que faço no texto.*

*A avaliação que faço destes primeiros nove meses de exercício do novo poder autárquico, nomeadamente quanto ao instalado na Câmara Municipal faz com que sinta alguma frustração e muita preocupação. Pontualmente, e são já bastantes os casos, as posturas adoptadas, as opções anunciadas e as decisões tomadas, não podem merecer nem o meu apoio, nem a minha aceitação passiva ou indiferente.*

*Porque reconheço capacidades aos autarcas em exercício e porque acredito nas virtualidades da participação cívica dos cidadãos na formação dos conteúdos e na viabilização dos resultados da intervenção. Apelo a que seja feita uma ponderação avaliativa do essencial do que foi feito e do que foi deixado por fazer, pelas autarquias, nomeadamente pela Câmara Municipal de Aveiro nestes primeiros nove meses do mandato. É minha convicção que será reconhecido um significativo acréscimo de dinamismo e capacidade de intervenção da Câmara Municipal. Parece-me no entanto que poderá reconhecer-se também a desconsideração das atribuições de carácter político que tal órgão tem e para além disso, o seu alheamento relativamente a problemas ou oportunidades de importância estratégica central para o presente e o futuro da cidade, da região e de quem nela vive. Espero que disso resulte, sobretudo ao nível da postura e prática da Câmara Municipal, uma urgente revisão das orientações e práticas adoptadas e o lançamento das iniciativas e acções que possam fazer dela uma instituição pública moderna, responsável e responsiva perante as necessidades e as aspirações das pessoas. Era, antes das eleições autárquicas, partidário e defensor da necessidade urgente de uma mudança na forma de fazer política autárquica e nas posturas processos e métodos de exercer a administração local. Pensava que a mudança do Executivo permanente da Câmara Municipal, com uma outra liderança, era um factor estratégico fundamental na concretização desses objectivos. Com os resultados eleitorais de Dezembro último e a posse do Dr. Alberto Souto, como novo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, tive por adquirido que tínhamos ganho uma presidência mais esclarecida politicamente, mais reflexiva quanto à abrangência, oportunidade, justiça, cientificidade das iniciativas a lançar ou a acolher e finalmente mais pró-activa, quer em relação ao desenvolvimento da Cidade e da Região, quer em relação à participação dos cidadãos nesse processo. Hoje passados que são cerca de nove meses de exercício da nova Câmara Municipal, o que sinto é principalmente como já disse, alguma frustração e muita preocupação, sendo certo que para além disso, não posso deixar de calar o meu protesto, perante algumas posturas que parecem adoptadas, algumas opções anunciadas e decisões tomadas. Esta minha intervenção neste órgão, visa dar conta disso mesmo e reconhecendo embora o significativo acréscimo de dinamismo e capacidade de intervenção da Câmara Municipal, toma isto como um pressuposto previsível, centrando-se portanto, no que ela não fez ou fez menos bem. É uma intervenção que só pode ser tida como um contributo pessoal de um cidadão interessado na melhoria da sua Cidade e da vida que nela se faz. Contributo esse, que pressupõe como é óbvio, o crédito nas capacidades de quem a governa.*

*Para além disso e seguramente muito mais importante do que isso, esta minha intervenção espero que possa ser um contributo para a ponderação cautelar, que do meu ponto de vista é urgente que se faça, relativamente aos caminhos que parecem vir a ser escolhidos ou*

*aceites pela Câmara Municipal e às acções ou omissões que esta mesma vem protagonizando ou desconsiderando.*

*Em síntese, o exercício da Câmara Municipal de Aveiro, nestes primeiros nove meses de mandato, parece-me que pode caracterizar-se, por um lado, por um excesso de iniciativas avulsas e em alguns casos aparentemente altistas e por outro lado, por uma insuficiente definição participada de políticas e estratégias de desenvolvimento. Cito de memória, com carácter apenas demonstrativo, algumas decisões e iniciativas que considero erradas ou mal vindas, bem como omissões que tenho por gravosas para o nosso presente e futuro colectivo. Primeiro - O desempenho da Câmara Municipal de Aveiro, na Associação dos Municípios da Ria. Mais uma vez este desempenho, parece-me uma evidência clara de que esta não é novamente tida, como uma entidade à qual Aveiro reconhece um papel estruturante na consistência regional, para além do mais, promotor de um protagonismo crescente das especificidades locais de que a rede de concelhos envolvidos evidentemente carece.*

*Em segundo lugar - Cito, a aparente inactividade do Gabinete da Cidade. Das coisas poucas, boas, que do meu ponto de vista herdamos da gestão anterior, é o Planeamento Estratégico, o modo como ele se processou, ou seja, o processo de elaboração do Plano Estratégico e a constituição do Gabinete da Cidade. O Gabinete da Cidade entrou em crise antes desta Câmara tomar posse. Tanto quanto eu sei, continua inactivo e isso do meu ponto de vista é altamente gravoso, quer dos interesses do desenho de um futuro para esta Cidade e para a sua Região, quer do ponto de vista do papel, que diversas entidades e pessoas poderiam ter, na condução desse processo, ou seja, na sua responsividade. Paralelamente com isto, são tomadas iniciativas, algumas de carácter pessoal e a título pessoal, por autarcas, na constituição e dinamização de outras instituições, que de o meu ponto de vista são igualmente bem vindas, mas que ficam muito aquém do interesse que poderia ter para a Cidade e para a concretização do seu Plano Estratégico e do seu conteúdo, a existência e o funcionamento do Gabinete da Cidade.*

*Terceira questão - Isto são alguns exemplos que eu gostava de aqui deixar para reflectir. O Centro da Cidade, o Còjo, o Comércio, os Serviços e a Habitação, já uma vez nesta Assembleia, a convite desta Assembleia (não desta mas da anterior) tive a oportunidade de demonstrar por estudos feitos, que a terciarização do centro era uma evidencia. A abertura do Fórum no Còjo, do Centro Comercial do Còjo, só vem potenciar como é óbvio, esta terciarização, tanto quanto eu me aperceba como cidadão, não foram tomadas até este momento, nem vejo que existam intenções de ser tomadas, por parte da Câmara Municipal, medidas e sobretudo de política, que obstem a esta potenciação da terciarização do centro e isto é fundamental, para a qualidade de vida dos cidadãos, para a importância do seu Centro Urbano e para a segurança passiva desse mesmo Centro Urbano. Não deixemos que aconteça em Aveiro, aquilo que provadamente pelas mesmas razões aconteceu noutros sítios.*

*Relativamente a estes exemplos, um quarto que queria referir, é o modo como se procedeu a introdução de alterações ao Plano de Pormenor de Sá-Barrocas; quer o modo, quer o respectivo conteúdo, quer o que ficou de fora. Introduzir alterações num plano de pormenor, implica reavaliar o plano de pormenor em toda a sua dimensão, em toda a sua extensão, naquilo que são as suas propostas e naquilo que é o modo de as executar ou tornar viáveis. Aquilo que foi feito em relação ao Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, se por um lado é questionável do ponto de vista da justeza do que foi aprovado em termos das alterações, é seguramente muito menos, do que aquilo que seria desejável introduzir ao nível de alterações neste Plano de Pormenor, para o tornar alguma coisa de significativamente bom, no sentido de criar um novo espaço urbano, um novo bairro desta Cidade. A propósito disto queria referir inclusivamente uma resposta dada por um autarca a um jornalista que o questionou sobre a demolição de uma casa 'Arte Nova', que segundo o plano estaria*

*prevista ser demolida. A resposta foi de que era um pouco incompreensível, que isso viesse a ser questionado agora, quando o Plano de Pormenor em causa esteve em discussão pública e ninguém levantou o problema. Ora, eu suponho e esperava que um autarca eleito por mim, dissesse quais eram as razões pelas quais a casa deveria ir a baixo e não as razões administrativas que justificavam a demolição da casa. O processo de gestão autárquica, feito por um autarca do meu ponto de vista traduz-se numa intervenção e apreciação política e não por uma apreciação administrativa e intervenção administrativa. O que fazia sentido era justificar as razões de carácter político que estariam subjacentes à decisão de demolir e não a sua razoabilidade face a um determinado conteúdo administrativo de apreciação do problema.*

*Em quinto lugar - Para voltar à questão do Plano de Pormenor do Centro, eu alerto esta Assembleia, para o facto de apesar de eventualmente estar de acordo com a inclusão de um lago em frente à Jerónimo Pereira Campos e de mais um parque de estacionamento e de mais um negócio para reduzir áreas de construção, um plano de pormenor não é, nem pode ser o resultado em emergência de um negócio económico financeiro, ainda que muito vantajoso. Ninguém garantiu a ninguém, que o resultado do investimento que vai ser feito ou da operação económico-financeira que vá ser feita para reduzir a área de construção, se traduza num acréscimo de qualidade significativa em relação ao produto que é o espaço urbano que há-de resultar do plano de pormenor. Portanto desenquadrar uma negociação deste tipo, da apreciação de um plano nele próprio, ou seja, do seu conteúdo desenhado e não desenhado, acho que além de ser contraditório do ponto de vista disciplinar, ninguém faz isso em parte nenhuma do mundo; hoje ninguém verdadeiramente responsável faz isso. No meu ponto de vista para além de ninguém fazer isso, é altamente gravoso ou pode ser altamente gravoso, dos resultados da operação no seu final que é a construção de um troço de cidade. Finalmente e porque já esgotei o tempo, gostava de saber se por exemplo neste momento a Câmara Municipal tem consciência, se houve acréscimos ou decréscimos no tempo de apreciação dos pedidos de licenciamento de obras particulares, do tempo de apreciação dos projectos de obras particulares. E em resultado dessa apreciação (se é que a fez), se tomou algumas medidas, ou não tomou. Aquilo que me parece é que estes tempos aumentaram e medidas adequadas não foram tomadas, ou seja, medidas no sentido de tornar esta apreciação mais celebre e mais competente. Finalmente, queria dizer-vos, que também me preocupa o novo modo como é dada voz aos munícipes nesta autarquia. De duas Sessões públicas por mês, passou-se para uma Sessão pública por mês, e numa Sessão pública por mês (penso que foi numa das últimas), foi posta a hipótese de reduzir a cinco minutos os tempos de intervenção dos munícipes. O que estaria provavelmente em causa era a substância das intervenções dos munícipes e não o seu tempo. Se eles vêm tratar de assunto particulares para essas sessões cabia à Câmara Municipal resolver o problema, mais uma vez, não de uma forma administrativa, mas sim de uma forma política e de uma forma pedagógica. Muito obrigado pela vossa atenção, espero que reconheçam, que esta intervenção para mim é extremamente desconfortável, mas gratificante na medida em que me satisfaz pessoalmente, porque me coloca numa posição de cidadão participante e não calando aquilo que são as apreciações que me vão na alma, independentemente de elas envolverem amigos, companheiros e pessoas em quem eu acredito ao nível do exercício das suas actividades. Obrigado.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Mesa:

*“Muito obrigado. Bem... foram invocados nove meses de mandato autárquico, inicialmente pensei que também estávamos envolvidos, mas aparentemente a referência é toda virada à*

*Câmara. Nove meses é o período legal de gestação; das obras humanas é entre seis e dez, portanto está atempado. Peço uma resposta responsável e responsiva.”*

Presidente da Câmara:

*“Em atenção às pessoas que vieram aqui para ouvir a Assembleia e para terem respostas e para que uma vez as respostas dadas não tenham que ficar eventualmente aqui à espera muito mais tempo, eu preferia responder já.*

*A intervenção do Sr. João Lemos, é uma pessoa que eu muito admiro e a quem Aveiro deve muito e deve designadamente para quem não sabe um livro maravilhoso sobre a Ria e sobre os Moliceiros. É uma pessoa sensível e sempre atenta às questões que têm haver com o bem estar das populações.*

*Eu compreendo o interesse e a sensibilidade que tem posto neste caso do custo dos ramais de ligação. De facto tive uma reunião com as pessoas que apareceram nos Serviços Municipalizados para tentar resolver este problema. Foram feitas duas promessas: a promessa de que as pessoas carênciadas ficariam isentas e a promessa de que ficariam suspensos os pedidos do pagamento do custo do ramal. Em relação à segunda eu sei o que fiz e aliás, figura hoje na ordem de trabalhos, se repararem com mais atenção, um dos pontos é justamente o da alteração do regulamento tendo em vista a isenção que foi prometida. Em relação às pessoas que continuaram a receber em casa as facturas para pagamento, a explicação que me foi dada, é que essas facturas já tinham sido expedidas no momento em que a reunião teve lugar. Portanto eram situações residuais, estamos a falar de treze pessoas que não pagaram e estamos a falar num total de trinta e seis casos que estão pendentes para execução. Portanto, é um universo que está devidamente controlado, a explicação técnica é essa, penso que cumprimos as duas promessas feitas.*

*Antecipando um bocadinho a discussão e para que as pessoas que estão à espera desta resposta fiquem esclarecidas. A nova lei das finanças locais veio acabar com a ambiguidade que existia no texto da lei e onde a anterior lei, deixava algumas dúvidas sobre a possibilidade ou não de os serviços fazerem repercutir o custo da ligação do ramal sobre os municípios. A nova lei diz explicitamente e sem dúvidas que isso pode ser feito. A prática que estava no terreno e que existe em Portugal, convém que as pessoas saibam isto, é que dos trezentos e cinco municípios do país, que se saiba só Beja é que suporta este custo, todos os outros fazem como Aveiro faz, o custo do ramal de ligação é suportado pelos municípios. Mas esta Câmara no obstante do quadro nacional ser este e estar vinculada por um regulamento da Assembleia Municipal, que a impedia de não cobrar nestas situações, porque justamente é sensível e houve de facto uma frase que eu não gostei Sr. João Lemos, aquela de dizer que nós não temos sensibilidade por estarmos a trabalhar num gabinete; eu não enfiei a carapuça, porque todos nós tivemos de facto sensibilidade ali para o problema. E justamente o que fizemos foi, propor à Câmara que apresenta-se à Assembleia uma proposta de alteração do regulamento. Assim o fizemos, a Câmara aprovou e hoje tal como prometido, trazemos à Assembleia uma proposta que isenta do pagamento do ramal de ligação as pessoas que efectivamente não podem pagar, ou seja, as pessoas (e tinha que se encontrar um critério) que estão abrangidas pelo rendimento mínimo garantido, as pessoas que vivem exclusivamente das pensões da reforma. É esta em traços largos a proposta que está pendente e que está submetida a esta Assembleia e que eu estou certo, tenho essa esperança, a Assembleia aprovará. A proposta é ainda mais generosa porque abrange também a situação daquelas pessoas a quem os Serviços Municipalizados não exigiram no momento da aprovação dos projectos, que fosse desde logo previsto o processo elevatório para a ligação, aos esgotos. Portanto, se a Câmara quando licenciou as habitações não exigiu essa solução técnica e ela vai ser agora pedida, nesses casos também há isenção; trata-se de casas antigas em que a exigência não era feita e portanto, digamos que a culpa*

*pode ser imputada aos serviços. Nestes três casos, haverá isenção e eu queria dizer isto porque de facto qualquer pessoa com dificuldade em pagar estes oitenta contos, nos impressiona e deve merecer a nossa melhor atenção. Mas também temos que relativizar o problema e ter uma visão mais abrangente, estamos a falar de um custo que em principio só se faz uma vez na vida, estamos a falar em oitenta contos que as pessoas têm que pagar uma vez na vida ou quando chega o saneamento ou quando fazem casa nova. Basicamente é isto e mesmo assim estamos a falar de oitenta e poucos contos que podem ser pagos em prestações que podem ir até um ano, se estou a dizer certo. Portanto, vale a pena darmos toda a atenção que este problema merece porque são pessoas que de facto têm dificuldades reais, mas também vale a pena termos muito presente circunscrevemos não só o quadro, as condições, as dificuldades, mas também as facilidades.*

*Bom indo ao concreto, porque é evidente que o tipo de observações de que estamos a fazer menos política de desenvolvimento ou a conversar pouco ou a meditar pouco sobre as políticas de desenvolvimento e a ter muitas iniciativas, eu ficava mais preocupado se fosse ao contrário. Eu acho que devemos ter as duas coisas e as iniciativas aparentemente avulsas, como disse que estamos a ter agora, reflectem certamente a reflexão que foi feita e na qual participou muita gente e designadamente o Arqto. Pompílio. Portanto há um tempo para reflectir, outro para agir; nós temos estado a agir e estamos preocupados naturalmente em não perder o fio condutor que tem estado subjacente a essa intervenção. Agora decisões erradas. Se calhar tomámos algumas já e eu fiquei muito feliz porque ao fim de nove meses, só foram identificadas, não sei se nove. Enfim, nove meses dá para fazer muita coisa mal feita e felizmente foram identificadas poucas. Mas das que foram identificadas, algumas delas eu penso que há falta de informação, designadamente na AMRIA. Na AMRIA, todos nós gostaríamos que tivesse outro dinamismo e outra força, mas está-se a fazer alguma coisa na AMRIA. Nós estamos neste momento a apresentar candidaturas, foram já apresentadas, candidaturas importantes tendo em vista o próximo quadro comunitário de apoio, candidaturas que vão desde a recuperação da Pateira de Fermentelos, até ao plano de Ordenamento da Ria, até ao sistema de Cartografia Digital que permite dispor de uma base cartográfica digital de toda a Ria, etc. Estamos a avançar bastante com o processo da municipalização dos canais e continuo a ter a esperança de que até ao fim do ano consigamos ser gestores dos canais urbanos. A AMRIA, não está parada tem sido um parceiro activo em todo este processo de redefinição de competências da JAPA e apesar de facto de estar numa fase de transição, uma vez que o grande projecto a que deu corpo transitou para o SIMRIA, está a captar e está a candidatar-se a projectos que podem vir a ser muito importantes no futuro próximo. O Gabinete Cidade - penso que é falta de informação. O Gabinete Cidade como frisou e bem, estava em crise no anterior Executivo, a crise, enfim, teve como resultado que ele deixou de reunir, nós já reunimos o Gabinete Cidade uma vez, admito que possa ter um ritmo agora mais regular, mas já fizemos uma reunião para fazer um primeiro balanço.*

*Agora, o Centro da Cidade. A queixa de que o Côjo vai ter serviços, habitação e que estamos a favorecer a terciarização do Centro, confesso que não percebi muito bem, porque o problema não é esse, o problema do Côjo é saber se termos serviços, comércio e habitação no Centro. Conseguimos as condições e as soluções urbanísticas, para que esse tipo de actividades lá possam estar. Ou então, o contrário é dizer que devia ir para lá o sector primário, que é a Agricultura e a Industria Extractiva, não percebi muito bem o sentido da sua observação critica, mas qualquer coisa me escapou aqui. É evidente que eu acho que é um projecto de alguma celeuma, em que há seguramente opiniões muito distintas. Eu sou dos que gosto, acho que foi conseguido um equilíbrio interessante, entre estacionamento automóvel, comércio, serviços, habitação, volumetria, densidade urbanística, conjugação de materiais que são da terra, com materiais inovadores, espaços pedonais, ganhamos de*



*repente duas novas avenidas para peões e ganhamos mais duas praças para peões, ganhamos um jardim suspenso que vale a pena visitar, tem uma linda vista sobre Aveiro e portanto eu sou dos que gosto. Temos um problema de trânsito para resolver, os ensaios vão ser feitos nas próximas semanas, mas eu sou dos que gosto e, portanto, não estou muito preocupado com o facto de instalar no Centro da Cidade este tipo de serviços.*

*O Plano de Pormenor de Sá-Barrocas - alterações ao Plano de Pormenor. Não sei exactamente o que é que estamos a falar, porque o Plano de Pormenor Sá-Barrocas está aprovado o estudo urbanístico, ainda não está em vigor. Foram introduzidas algumas correcções no tempo próprio, a Câmara aprovou-as, foram alterações que não suscitaram grandes dúvidas nem grandes objecções a ninguém e que me recorde até se lembraram de introduzir coisas que são importantes, como por exemplo estacionamento subterrâneo que não existia e que me parece pacífico em função da atracção que o Parque Sá-Barrocas vai exercer perante as pessoas. Não objectivou essas alterações e gostava que a fizesse, porque é da sua área e nós não temos consciência de ter introduzido alterações desagradáveis no Plano Sá-Barrocas.*

*O Plano do Centro e a operação AVEIRIA - diz-me que não há garantia da qualidade do plano, fazendo uma operação isolada. Eu diria, nem isso nem o contrário. Eu já vi muitos planos na minha secretária e o Pompílio sabe isso bem, que não garantem qualidade nenhuma. Nós temos planos de pormenor aprovados aí, cujo resultado são condições de vida muito deficientes e muitos outros problemas para resolver. E depois dizer que ninguém faz hoje em dia, ninguém avança sem planos de pormenor, eu não queria entrar na sua área naturalmente, mas o que eu ouço os seus colegas dizerem, é que a obsessão pelos planos de pormenor tem vindo por essa Europa fora e por esse Mundo fora, a ser mais relativizada e a ser tida em conta na justa medida em que o Plano de Pormenor pode ser o instrumento adequado em termos de tempo, custo, etc., para o problema que se quer resolver. Não podemos ficar escravos de uma lógica de planos de pormenor. A Câmara anterior tinha vinte e tal planos de pormenor em execução, a consequência foi que tudo bloqueou e a Cidade está cheia de buracos, nestes últimos vinte anos. Nós estamos, caso a caso e sem perder as grandes linhas de força urbanísticas e preservando os planos de pormenor que nos parece de preservar, a conseguir fazer Cidade e sem grandes asneiras até agora, penso eu.*

*Bom, eu só queria dizer mais o seguinte, eu lamento também e aí dou a mão à palmatória, lamento inteiramente, lamento com franqueza que se tenha demolido a casa de 'Arte Nova', na zona de Sá-Barrocas, como lamento que o tempo de apreciação dos projectos das obras particulares ainda não seja aquele que todos nós desejamos. Temos medidas a ser pensadas e algumas mexidas já foram feitas. Mas estamos francamente insatisfeitos com o ritmo da capacidade de resposta que a Câmara ainda tem. Quanto ao tempo das Sessões Públicas e o facto de ter havido uma proposta para reduzir a cinco minutos, eu convidava-vos a ir assistir às reuniões públicas de Câmara, porque imediatamente se apercebem porque é que por razões de operacionalidade e até de defesa de algumas pessoas que lá vão, que não têm o controlo de todas as suas faculdades e das faculdades de intervir publicamente, é necessário introduzir alguma disciplina na gestão do tempo e também para defender os direitos das outras pessoas que lá vão, que ficam claramente prejudicadas se uma só pessoa falar tempo a mais, como eu parece que já fiz agora e portanto não tinha mais nada a dizer. Muito obrigado."*

Entretanto entraram na sala os Vogais Jorge Carvalho Arroiteia e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Eu quero só dizer, que tem a bancada do PSD muitas vezes explicitado nesta Assembleia a falta de rigor com que sucessivamente nos são formuladas propostas pela Câmara, em vários aspectos, aspecto financeiro e também no aspecto urbanístico. Tem a bancada do PSD, feito um continuo exercício de boa vontade para não penalizar os munícipes no curto prazo, face à inépcia com que tantas vezes a Câmara tem apresentado os seus projectos e assim, não temos inviabilizado tantas das propostas formuladas. A intervenção do Sr. Arquitecto Pompílio Souto, vem evidenciar que é tempo de dizer basta à inépcia e à falta de rigor. De outra forma estaremos a evitar inconvenientes no curto prazo e a hipotecar o futuro. Da nossa parte, do PSD, pode este munícipe, o Sr. Arquitecto Pompílio Souto, contar, que o benefício da dúvida face a este Executivo acabou. Terminei.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. A lógica não seria esta, a lógica foi invertida agora tenham paciência, não fica só o Sr. Presidente a falar e a Assembleia principal destinatário da intervenção do público fica calada, não pode ser. (ouvem-se aplausos)*

Presidente da Mesa:

*“Peço Desculpa. Não sei a quem é feita essa referência, porque ficou aqui muito claro, o que eu disse foi: que isto é um direito putativo a que corresponde tão somente e necessariamente um estado de sujeição. Todavia ao dar a palavra à Câmara teria de dar a palavra à Assembleia, o que faço com muito gosto.”*

Vogal António Salavessa:

*“Eu declaro que não foi por parte do Sr. Presidente da Mesa, nem da Mesa, foi dos apartes que ouvi, que me levou a esse comentário. De facto as questões ficam subvertidas com esta intervenção, eu acho que nós temos de encontrar aqui o equilíbrio neste tipo de coisas, mas já agora, não indo à substancia dos problemas, queria saudar as duas intervenções porque correspondem a dois níveis extremamente interessantes da vida municipal, um nível de preocupação com os problemas do dia-a-dia, com os problemas correntes, com os problemas que afectam, até financeiramente a qualidade de vida das populações e outra intervenção com conteúdo ou com preocupações de tipo mais geral mas que nem por isso deixam de ser tão importantes. Portanto tem haver com o planeamento, tem haver com o futuro. Eu reservo-me para o período de antes da ordem do dia para falar sobre a substância, entretanto colocava desde já à Mesa, uma proposta que é de alteração da ordem de trabalhos, dado que temos presente público interessado em particular num ponto da ordem de trabalhos, que é a questão do saneamento de S.ta Joana. Fazia a proposta e a Mesa e a Assembleia decidirão em conformidade. Portanto, não me impressão de fazer a proposta de alterar a ordem de trabalhos e o ponto do saneamento, da alteração do regulamento do saneamento, ser o primeiro ponto da ordem de trabalhos a seguir à comunicação do Sr. Presidente.”*

Presidente da Mesa:

*“Se nada o objectar, isso será oportunamente ponderado.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Necessariamente muito breve, para em primeiro lugar na senda das intervenções anteriores, saudar a intervenção dos munícipes nestas Assembleias. São intervenções que aportam sempre alguma mais valia, quanto mais não seja, algum*

*treino a mais no exercício da oratória para os membros desta Assembleia também e para os membros da Câmara, como facilmente podemos constatar.*

*Em segundo lugar, para dizer duas coisas muito sintéticas: primeiro - nós bancada do Partido Popular, chegamos a um ponto em que temos que dizer claramente, através do Sr. Presidente da Mesa, ao Executivo da Câmara Municipal, que tudo o que está mal, nesta Cidade não tem desculpa, nem pode continuar a ter desculpa no que veio de trás. Nem planos de pormenor, nem situações financeiras, nem buracos, nem seja o que for. Achamos nós, Partido Popular na Assembleia Municipal de Aveiro, que decorridos nove meses de governação, ou os Srs. são capazes de assumir que é esta já é a vossa governação e portanto, são capazes de assumir que são capazes de realizar aquilo que prometeram ou os Srs. têm que continuar como até agora, a cortar fitas, a inaugurar ou até a continuar os projectos que vêm de trás. Provem que são capazes, nunca nenhum do nós nesta bancada regateou a V. Ex.as. essa capacidade, provem que são capazes de assumir que nove meses depois, já basta de desculpar tudo o que se não consegue fazer, com atitudes ou com actuações de executivos anteriores. Era só isto que nós queríamos dizer, muito obrigado Sr. Presidente.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, V.Ex.a. foi claro ao referir que de facto nada importaria que terminada a intervenção do público se passasse de imediato ao período de antes da ordem do dia. Mas sendo essa uma faculdade de V. Ex.a., eu lançaria o repto à Mesa, para que de futuro se lance de imediato a palavra aos membros da Assembleia, para evitar uma situação caricata que é a duplicação do período de antes da ordem do dia. Porque o período de antes da ordem do dia é, por definição, aquele período que não está sujeito à ordem de trabalhos e portanto, felizmente todos os membros desta Assembleia se contiveram, mas correríamos seriamente o risco de perpetuar estes trabalhos.*

*Eu tomei apenas a palavra, para também na sequência das intervenções dos membros desta Assembleia, congratular-me com o exercício de cidadania que é sempre a participação do público, mormente quando se trata, como foi o caso, de duas pessoas que eu particularmente estimo e respeito. Uma saudação também muito particular, para o professor Britaldo Rodrigues, que felizmente se mantém em funções nesta Assembleia; manifestou já um pouco, do espírito que o anima, eu só espero que a sua referência ao fim da inépcia não esteja relacionado com alguma ausência hoje na sua bancada. Obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Temos um voto de solidariedade, subscrito pela bancada do Partido Popular, assinado por Diogo Soares Machado, que diz:*

*«Voto de Solidariedade*

*O nosso colega de bancada, Sr. Manuel Madaíl, Presidente da Junta de Freguesia de Aradas, foi submetido, hoje, a uma intervenção cirúrgica, depois de período de doença.*

*A nossa bancada acompanha-o neste transe expressando os mais sinceros votos de rápida recuperação. Esperemos que esta assembleia se associe neste voto» Eu próprio me associo neste voto, pessoalmente e individualmente. Colectivamente terei de perguntar se alguém se opõe.”*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação do plenário o ‘Voto de Solidariedade’ o qual foi aprovado por unanimidade, associado-se a Câmara Municipal também ao mesmo.

De seguida entrou-se no período regimental de Antes da Ordem do Dia.

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Vogal Raúl Martins:

*“Sr. Presidente, Caros Colegas. A Regionalização, que entre nós se assume como a terceira tentativa de carácter supramunicipal de descentralização do poder administrativo, é um fenómeno de profunda complexidade e importância, pois pode encarnar uma decisiva mudança no ordenamento da vida administrativa do nosso País, onde, como todos sabemos, quer a divisão provincial quer a distrital falharam, porque ao invés do que seria desejável, apenas previram organismos não eleitos de descentralização territorial com uma lógica de actuação de correia de transmissão de cima para baixo, e a recente tentativa de desconcentração administrativa por muitos erradamente tomada como uma medida de descentralização administrativa, que originou a instituição das Comissões de Coordenação Regionais, enferma da mesma mácula original e dos mesmos vícios.*

*A importância da decisão que os Portugueses vão tomar a 8 de Novembro exige que a discussão seja feita com a elevação e obriga-nos a uma reflexão coerente e séria.*

*A primeira grande reflexão que, quanto a nós, se levanta é a de analisar se a regionalização é ou não benéfica ao País. Escusar-me-ei de aqui repetir os estafados argumentos pró e contra a regionalização e, embora pessoalmente considere que a regionalização administrativa proposta apresenta um saldo francamente positivo e pode potenciar uma nova era de modernidade e desenvolvimento para o nosso País, entendo que podem existir pessoas sérias e intelectualmente honestas que são favoráveis quer ao centralismo quer à regionalização, pois como todas as grandes decisões nenhuma delas apresenta apenas vantagens. O que eu sou contra, o que intelectualmente me repugna é a posição de certos senhores da nossa política, que defendem as suas posições sobre regionalização, não atendendo aos interesses nacionais mas sim aos seus próprios interesses pessoais. Quem assim faz não passa de um troca tintas político ou, no mínimo, de um oportunista intelectualmente desonesto.*

*Que se poderá dizer do líder do PSD, que atropelando a memória do sempre recordado fundador do Partido - Sá Carneiro - e renegando a sua própria obra teórica favorável à regionalização, aparece de repente como arauto do centralismo, por razões que apenas radicam na sua sobrevivência política de curto prazo, porque o seu centralismo no PSD foi ameaçado, porque se sentiu incapaz de assumir a sua posição de líder perante o surgimento da voz centralista de Cavaco Silva, fantasma que lhe povoa os seus mais profundos terrores políticos.*

*Como se apelida em bom português um líder que muda de posição apenas por razões da sua sobrevivência política pessoal de curto prazo e que por razões egoístas - que não por razões de coerência política que as poderia ter - brinca com os portugueses num assunto de tanta gravidade.*

*Como pode arrogar-se um partido como o PSD, a discutir a bondade ou os defeitos desta regionalização quando em 2 de Maio de 1996, ainda o Marcelo Rebelo de Sousa era regionalista, os seus deputados se recusaram a apresentar uma proposta e retiraram-se do Parlamento aquando da votação na generalidade das propostas sobre regionalização. Nessa altura diziam não ter posição refugiando-se na defesa do referendo. O referendo foi amplamente assumido; continuaram a não ter posição. Se o PSD não gosta do modelo de delimitação regional aprovado porque é que, embora pressionado para tal mais do que um ano, não apresentou um modelo alternativo que certamente seria levado em linha de conta na construção do modelo final que foi aprovado?*

*Por outro lado a direita radical portuguesa, nascida regionalista, não pode assumir uma posição anti-regionalista, só porque tem vindo progressivamente a ser varrida*

*eleitoralmente do Poder Local pois, neste pressuposto, todos os argumentos válidos que poderia esgrimir a favor do centralismo, ficam inquinados por um imperdoável pecado original. O novel PP, não pode olhar para este processo e pura e simplesmente renegar tudo o que os Democratas Cristãos, seus antecessores, disseram, pelo simples argumento contabilístico de nada terem a ganhar com a regionalização. A verdadeira política orienta-se por princípios e não por razões de deve e haver eleitoral.*

*Sr. Presidente, Caros Colegas,*

*Quanto à incoerência dos adversários da regionalização muito mais teríamos a dizer mas creio que por agora basta. Falemos um pouco da seriedade dos métodos utilizados para atacar a regionalização, questão de princípio que, em tempo, foi consensualmente resolvida na nossa Constituição.*

*Foi esta cidade de Aveiro “brindada” com um cartaz do PP, pretensamente anti-regionalista, onde se pode ler “Corrupção x 8”, “Portugal Dividido Não Faz Sentido”.*

*Este cartaz cuja mensagem se fundamenta no bolorento ideário salazarista da desconfiança contra a actividade política e contra a existência de instituições democráticas por, alegadamente, prejudicar o País, é um escarro na paisagem liberal e democrática da cidade de Aveiro, justamente considerada como berço da democracia e liberdade do nosso País.*

*Com este cartaz cai a capa de jovem lorde inglês conservador que Paulo Portas tem pretendido vestir, e como na história do escorpião, acaba por ficar exposta a sua verdadeira e real natureza, pois não resistiu a dar uma ferroada na democracia portuguesa e nas suas instituições, cujo percurso ele quer, de facto, ver atalhado.*

*O cartaz exposto na nossa cidade é um verdadeiro insulto à nossa democracia e a todos os que têm participado na sua construção e consolidação e constitui um verdadeiro acto de terrorismo político que não pode passar incólume. Pretender dizer, ou fazer os portugueses pensar, como ele próprio afirma, que os titulares de cargos públicos (que são democraticamente eleitos e que pelos seus actos respondem não só perante a lei como também perante o eleitorado), são um bando de corruptos e que criar novos cargos políticos seria multiplicar a corrupção só é, no meu entender, concebível por uma mente que, por mais que queira, não consegue fazer a sua reciclagem democrática. Insultar todos os titulares de cargos públicos, mormente os deputados e autarcas do seu próprio partido, a troco de um mero oportunismo táctico é uma farsa ‘passadista’, que passados 25 anos de implantação da democracia no nosso País, nunca julguei ver repetida.*

*Sr. Presidente, Caros Colegas,*

*A nossa ainda jovem democracia, tão arduamente conquistada, é um bem precioso que não pode ser posto em causa por mensagens tão perigosas como aquela que este cartaz encerra. Por isso me dirijo a esta Assembleia, que no meu entender, é composta por autarcas que foram democraticamente eleitos para propugnar pelos interesses de Aveiro, sem outro fito que não esse e se sentem insultados com o labéu de corruptos com que publicamente são distinguidos, no sentido de aqui ser elaborado um veemente protesto, contra a afixação do referido cartaz e exigir a sua retirada imediata.”*

**Vogal Gaspar Albino:**

*“Obrigado Sr. Presidente, meus Senhores.*

*No dia 16 de Agosto do ano 2000, verificar-se-á o centenário da morte do escritor Eça de Queirós, nascido em Aveiro, conforme certidão de óbito passada em Neuilly-sur-Seine, França.*

*Será uma data marcante para a Cultura Portuguesa e de forma muito especial para a nossa cidade, como se espera.*

*Com efeito, e conforme revelações recentes do Prof. Doutor Pedro Calheiros, da nossa Universidade, Aveiro terá a mesma ou maior legitimidade que Vila do Conde ou Póvoa do*

*Varzim, para se reclamar como berço dum dos maiores vultos da literatura portuguesa, o qual, pela sua própria pena se afirmou «filho de Aveiro, educado na Costa Nova, quase peixe da Ria». Por isto e por muito mais, o Professor Joaquim Correia da Universidade de Coimbra, questionou, em artigo vindo a lume no 'Litoral' em 17 de Fevereiro de 1989, o que tem feito a nossa terra para se dignificar com Eça de Queirós, quando afirma que foi em Aveiro, onde o glorioso escritor tinha as suas raízes mais fundas dos seus antepassados, onde viveu o mais longo e mais belo tempo da sua infância e onde queria ser sepultado.*

*Ora bem: um dos meios que estarão ao nosso alcance para atingir tal fim, residirá, na recuperação do solar do Conselheiro Queirós, em Verdemilho, onde Eça poderá ter nascido e onde efectivamente passou parte da sua meninice e afectá-lo para sempre a um fim digno da memória do grande escritor.*

*Os anteriores Executivos da nossa Câmara já se preocuparam com este 'solar' e já diligenciaram no sentido de o recuperar da sua situação actual; vil, triste e indigna.*

*Em tempos, os proprietários do solar e do chão envolvente terão avançado com a intenção de um projecto de loteamento para o local.*

*Nos contactos havidos, o Executivo terá admitido a viabilização desse projecto desde que para a Câmara ficasse com a propriedade do 'solar' e de uma parcela do terreno envolvente. De há meia dúzia de anos para cá tem constado no plano camarário de actividades uma rubrica que contempla o desejo de recuperação do edifício.*

*Julgamos saber que há mesmo um estudo prévio de autoria dos arquitectos Emília e Quintão para adequação do prédio a fins culturais, contemplando a criação dum núcleo museológico, pequeno anfiteatro, etc..*

*Acresce que a Câmara Municipal de Aveiro, quando do acto constitutivo da Fundação de Eça de Queirós, em Tormes, terá assumido o compromisso de envolver o solar de Verdemilho no projecto fundacional, como forma de realização da sua participação no Capital da Fundação que seria, ao tempo, de dez mil contos. A grande verdade, contudo, é que o edifício continua em degradante ruína.*

*Há poucos dias, o vereador da Cultura da nossa Câmara, Jaime Borges, em entrevista a órgãos da comunicação social, reafirmou o interesse no edifício, mas deixou adivinhar que a Universidade de Aveiro estaria a pensar num seu aproveitamento adequado aos seus objectivos.*

*Face a estas delongas e indecisões, entendemos dever apresentar uma proposta de recomendação ao Executivo para que não descure o assunto e em atitude premonitória, que solicite junto do IPPAR, a classificação do edifício como sendo de interesse municipal.*

*O centenário da morte de Eça de Queirós está à porta. E, sem dúvida alguma, que a recuperação do edifício e a sua afectação a fins culturais seria a forma, a mais capaz, de honrar a memória do grande escritor aveirense."*

**Vogal Clara Ribeiro:**

*"Sr. Presidente, Srs. Deputados. Numa reunião onde estive presente na Associação de Pais de dois estabelecimentos de ensino desta Cidade, foi-me dado verificar e é de preocupação dos pais e do próprio Conselho Directivo da Escola José Estevão, que o piso que circunda a parte exterior dos pátios daquele estabelecimento de ensino, está numa situação degradada. Têm havido vários acidentes com alunos que vão com joelhos esfolados para o hospital, com várias queimaduras, porque a maioria deles é fora das salas que faz os seus exercícios físicos. Eles pediram nessa reunião, se seria possível que o Sr. Presidente mandasse colocar um piso em torno do estabelecimento para que os alunos pudessem circular com cuidado. Penso que aquele piso ainda é de vinte, vinte e um anos. Realmente seria necessário, isso foi um pedido que fizeram.*

*O outro pedido é do estabelecimento de ensino Homem Cristo, em que centenas de alunos, neste momento, dado oito salas estarem ocupadas com os Serviços da Câmara, são obrigados a ter aulas ao Sábado. Isso significa que centenas de alunos e as respectivas famílias, estão privados de ter um fim de semana adequado, ou seja, um fim de semana de Sábado e Domingo; porque só têm o Domingo. Penso que é pouco descanso para os nossos adolescentes. Queria que o Sr. Presidente da Câmara tivesse isto em consideração.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, eu até fico um bocado atrapalhado com os minutos que são dados, porque de facto tenho um conjunto de situações; uma delas já está em cima da mesa é o pedido de alteração da ordem de trabalhos, stop; tenho uma moção para que esta Câmara se possa pronunciar no sentido da manutenção da linha do Vale do Vouga, como percurso de interesse para as populações e de interesse turístico, stop; tenho também algumas comunicações, pelo menos uma comunicação mais de fundo, que passava a ler, stop.*

*Sr. Presidente, Srs. Deputados.*

*O cumprimento da legislação em vigor, a transparência dos actos dos órgãos autárquicos, a completa separação entre a defesa do interesse público e a prossecução de interesses privados, as mãos limpas e o estar acima de qualquer suspeita de aproveitamento pessoal dos cargos públicos são valores que nos orientam no PCP, e que são, certamente, extensivos aos restantes membros desta Assembleia Municipal.*

*É à luz destes e doutros valores que temos procurado pautar a nossa actuação. São estes valores que queremos que estejam presentes nesta Câmara, e neste Município, de forma inequívoca.*

*É devido a este conjunto de razões que venho trazer ao conhecimento da Assembleia e de certa forma ao conhecimento público, uma decisão que sendo difícil, é todavia necessária e incontornável. Uma decisão que foi tomada com a devida ponderação no PCP e em conjunto com os nossos aliados na CDU.*

*De acordo com essa decisão penso entregar nos próximos dias, às entidades judiciais competentes, duas exposições diferentes entre si mas com o mesmo objectivo, o de desencadear o processo de perda de mandato de dois membros desta Assembleia - o Sr. Victor Manuel da Silva Martins e o Sr. Joaquim António Gaspar Melo Albino.*

*Decidimos desencadear estes processos, porque estou convicto de que perante os factos de que tenho conhecimento, estes dois membros da Assembleia, do ponto de vista estritamente legal, não podem continuar a ter aqui assento neste mandato. Não porque tenham cometido qualquer crime ou qualquer ilegalidade. Apenas não podem estar aqui, na nossa opinião, porque a Lei assim o determina, procurando preservar os tais princípios citados no início desta intervenção.*

*Estabelece a Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto, que fixa o Regime Jurídico da Tutela Administrativa das Autarquias Locais, no seu Artigo 8º, as situações em que os membros dos órgãos autárquicos incorrem em perda de mandato.*

*Entre tais condições destaco, neste momento, a que consta da alínea b) do número 1 do referido artigo, ou seja, incorrem em perda de mandato os autarcas que “após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detectada previamente à eleição.*

*Tendo ainda em conta, que entre as situações de inelegibilidade se destaca a que consta do artigo 4º. do Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro, o que qual determina que não podem ser eleitos para o poder local os membros dos corpos sociais e os gerentes das sociedades, bem como os proprietários de empresas, que tenham contrato com a autarquia*

*não integralmente cumprido ou de execução continuada, são do nosso conhecimento documentos e indícios que apontam para eventuais declarações de perda de mandato.*

*Em relação ao Sr. Victor Martins os factos que invoco são os seguintes: a Câmara Municipal de Aveiro abriu concurso para o fornecimento continuado de material de papelaria a 3 de Novembro de 1997. A 19 de Janeiro deste ano abriu as respectivas propostas (acta 03 de 19 de Janeiro) e a 16 de Fevereiro deliberou, por unanimidade, adjudicar o fornecimento à Papelaria Avenida - Vieira & Martins, L.da (acta 07 de 16 de Fevereiro de 1998, pág. 04).*

*O eleito Victor Manuel da Silva Martins será, tanto quanto me é possível saber, sócio gerente da firma comercial atrás referida.*

*De acordo com decisões conhecidas de casos transitados em julgado não existiria qualquer problema se o Sr. Victor Martins fosse apenas membro da Junta ou da Assembleia de Freguesia de Santa Joana.*

*Mas a partir do momento em que foi eleito Presidente da Junta, passando por isso a ser membro da Assembleia Municipal, passou a estar obrigado, neste órgão, às mesmas regras dos membros eleitos directamente. E se perder o mandato da Assembleia perderá por arrastamento o de Presidente da Junta.*

*Em relação ao Sr. Gaspar Albino, os factos que invoco são os seguintes: a Câmara Municipal de Aveiro adjudicou, à firma Gráfica do Vouga, L.da, a execução de parte do material gráfico (cartazes e autocolantes) para os vários certames a realizar no Parque de Feiras e Exposições, durante o corrente ano, à Firma Gráfica do Vouga (acta 03 de 19 de Janeiro, pág. 10 e acta 04 de 26 de Janeiro, pág. 04).*

*Sem o carácter continuado do fornecimento atrás indicado, existem contudo outros contratos celebrados no decorrer deste mandato, entre a Câmara e a Gráfica do Vouga, L.da, adjudicação da execução do Boletim Municipal, n.º. 29 (acta 07, de 16 de Fevereiro, pág. 04); adjudicação da execução da obra “Arte Nova em Aveiro e no seu Distrito” (acta 10, de 9 de Março, pág. 04); alienação de um terreno municipal a favor da referida firma (acta 13, de 30 de Março, pág. 08 ). O eleito Joaquim António Gaspar Melo Albino será, tanto quanto me é possível saber, o sócio gerente da firma Gráfica do Vouga, L.da.*

*Não me move qualquer animosidade pessoal ou política contra o Sr. Melo Albino ou o Sr. Victor Martins, cumpro apenas aquele que julgo ser o meu papel e a exigência dos que deram o seu voto à CDU, para que pugne pela separação entre os interesses públicos e os interesses privados. Não me repugnam os contratos entre a Câmara e estas empresas, até lhes desejo que sejam muitos mais. Mas o que não pode é existir esta mistura, esta confusão, que nem sequer é benéfica para os visados; que estarão sempre sujeitos em qualquer votação, a que essa votação seja avaliada à luz de eventuais compromissos com a Câmara.*

*A decisão da iniciativa está tomada, a decisão final cabe ao Poder Judicial. Vamos aguardá-la com serenidade.*

*Poderíamos ter feito a entrega da exposição silenciosamente e dar nota pública à Comunicação Social. Não foi essa a nossa opção. Pelo respeito pela Assembleia, pelo respeito pelos Aveirenses e pelo respeito pessoal para com os visados, preferimos falar aqui, antes de tudo o mais, de olhos nos olhos.*

*Lembrando que estes são os factos que conheço, não deixo de admitir que outros possam existir envolvendo outros eleitos. O registo de interesses que temos defendido e que esta Assembleia tem recusado, poderia contribuir para dissipar essas dúvidas. É tudo.”*

Presidente da Mesa:

*“O problema do registo de interesses, esta Assembleia ainda não recusou. Quando vier proposto em termos convenientes e legais será apreciado. Quanto a isto, é uma intervenção de frontalidade e de lealdade que eu compreendo. Não me vou pronunciar sobre o aspecto*



*jurídico embora tenha algumas reservas quanto ao fundamento, mas isso as entidades próprias o farão.”*

Vogal Joaquim Abreu:

*“Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados. Dada a exiguidade de tempo disponível para a minha intervenção, desejo apenas abordar dois temas distintos. Primeiro assunto:*

*Em primeiro lugar desejo congratular-me e agradecer a deslocação de 23 do corrente à Freguesia de Eixo, do Ex.mo Presidente da Câmara e do Sr. Vereador Eduardo Feio, satisfazendo por fim as insistentes solicitações da Junta de Freguesia formuladas ao longo de mais de oito meses. Algumas das questões que nos preocupavam tiveram, como é óbvio e em princípio, a boa aceitação do Senhor Presidente da Câmara.*

*Contudo, não estou totalmente satisfeito, isto porque como todos sabem, por vezes perdemos tempo a mais na resolução dos assuntos mais elementares. Refiro-me em concreto à longa “travessia do deserto” de aproximadamente oito meses, em que nada do constante do Plano de Actividades da Câmara teve qualquer andamento.*

*Como se calcula, deste longo período de silêncio resultou, como não podia deixar de ser, nítidos prejuízos irreparáveis para o normal desenvolvimento da minha Freguesia. Desejo salientar que até serem iniciadas as obras agora acordadas, estas vão, fatalmente, passar já para o ano de 1999, resultando daqui com toda a clareza que, na prática, do plano de actividades da Câmara Municipal para Eixo, nada foi, nem será feito, no corrente ano económico. É um ano perdido. Que amanhã ninguém me venha assacar responsabilidades por obras e trabalhos projectados, prometidos e não realizados.*

*Há pavimentações adjudicadas a empreiteiros desde Maio do ano passado que ainda não tiveram início até hoje! Existe uma obra começada há cerca de 9 anos que não teve o seu fim; em concreto o Centro Cultural da Vila, que por sinal é o último de todas as freguesias do Município a ser executado. Devo dizer de passagem que o que já está feito necessita há algum tempo de profundas reparações.*

*Outras obras foram começadas - caso da sede da Junta de Freguesia - em curso, no edifício dos antigos Paços do Concelho de Eixo, que estão paradas há mais de um ano à espera da segunda e última fase. Além do mais, julgo oportuno lançar aqui uma chamada de atenção à forma como se desenvolvem as obras na Freguesia de Eixo, pois no último ano tivemos um volume de obras devidamente autorizadas de cerca de oito mil contos, quando é certo, que noutras freguesias deste Município, foram executadas obras no montante de noventa mil contos. Tratam-se de uma disparidade aberrante que sinceramente esperamos não se venha a repetir.*

*Uma pequena referência a outra questão que reputo de importante. Como toda a gente sabe, os últimos Governos deste país, têm feito um esforço para desanuviar a carga burocrática dos serviços e instituições públicas. Neste contexto, permito-me solicitar à Câmara Municipal, através da Mesa desta Assembleia, para que faça um esforço tendente a diminuir os circuitos burocráticos de todos os seus Serviços. Para não me alongar mais, apenas refiro um outro caso: foi-nos recentemente exigido que fosse veiculada através de ofício a solicitação de equipamento de recolha de lixo amontoado ao longo das artérias da Vila! O que sucedeu? ... endereçámos o ofício n.º 327/98 em 21 deste mês e o dito ofício “encalhou” em qualquer parte do circuito camarário e não chegou ao seu destino resultando daí que, não veio o equipamento, e com as últimas chuvas, o lixo dispersou-se, vindo a entupir as sarjetas com todos os prejuízos daí resultantes.*

*Paralelamente a esta situação, devo dizer que continuam sem resposta inúmeros ofícios endereçados à Câmara, sobre carências (algumas graves) da freguesia.*

*Face a estes exemplos pedimos a maior atenção do Executivo do Município no sentido de melhorar o tratamento administrativo da correspondência trocada entre os dois órgãos autárquicos.*

*Termino esta primeira abordagem, na expectativa de que o Sr. Presidente da Câmara, possa voltar em breve à Freguesia de Eixo, como aliás se comprometeu, para acabar a reunião de serviço iniciada em 23 deste mês, apercebendo-se in loco das principais dificuldades com que a Freguesia de Eixo se debate.*

*Passando ao segundo caso e se me derem tempo para isso, desejaria abordar o problema do emparcelamento rural na Freguesia de Eixo.*

*Em 1975 foi elaborado o Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico do Baixo Vouga, que procedeu à análise das suas potencialidades e confirmou a viabilidade do aproveitamento agrícola dos campos situados a jusante da foz do Rio Caima, numa extensão de cerca de doze mil hectares.*

*Em 1982 foi criado o Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga com a finalidade de melhorar o aproveitamento da sua bacia, com prioridades de intervenção nos campos do Baixo Vouga Lagunar, defendendo os campos da entrada das águas salgadas e poluídas, e controlar o efeito das cheias. Neste contexto e com base no Dec. Lei n.º. 269/82, de 10 de Junho, as obras respeitantes ao Projecto de Hidráulica Agrícola (PHA) e ao Projecto de Emparcelamento Rural (PER), são consideradas obras de interesse regional.*

*Com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º. 89/95, foi constituída a Associação de Beneficiários do Baixo Vouga, a qual tem por fim assegurar a exploração e conservação das obras de fomento hidro-agrícola que estão em curso.*

*Esta Associação esteve envolvida, até ao momento, num grande número de investimentos, no Baixo Vouga Lagunar, que até Abril de 1998 totalizavam cerca de 530 mil contos.*

*Em Maio de 1994, a Junta da Freguesia de Eixo difundiu uma circular pelos lavradores desta localidade, convidando-os para estarem presentes numa reunião de esclarecimento acerca das vantagens do emparcelamento. Lideraram a reunião o Ex.mo Director Regional da Agricultura da Beira Litoral, O Chefe da Zona Agrária e diversos outros técnicos. Foi o pontapé de saída para o desenvolvimento de todo este processo.*

*Em 10 de Fevereiro de 1995, a Junta de Eixo remeteu à Zona Agrária do Baixo Vouga (ofício 13/95) toda a documentação de candidatura para o Estudo Prévio.*

*Em 21 de Fevereiro de 1996, foi assinada pelos intervenientes abaixo referidos a convenção de financiamento respeitante ao estudo prévio:*

*IFADAP - Instituto de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; IEADR - Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Regional e Junta de Freguesia de Eixo.*

*Que tivéssemos conhecimento, até à presente data nada mais ocorreu, está tudo parado. Ao que julgo todo o processo estará em 'stand by'. Por este andar, muitos dos lavradores vão morrer antes que se concretize esta sua aspiração mais legítima, sem a qual a agricultura tal qual se pratica, estará irremediavelmente condenada a desaparecer.*

*Sr. Presidente da Câmara, muito gostaríamos de o ver envolvido na defesa dos interesses de uma classe sofredora e que bem merece a ajuda dos nossos governantes.*

*Muito mais haveria para dizer, mas por motivos de tempo dispenso-me de o fazer. Muito obrigado."*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se o intervalo para o jantar.

## 2ª PARTE

Pelas 22:00 horas, retomaram-se os trabalhos, com a presença dos seguintes membros: Presidente, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário e com a presença dos Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Fernando Vieira Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos vogais: Libério da Silva Santos, Lucas Amaro Rodrigues, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, João José ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Na continuação do Período de Antes da Ordem do Dia, intervieram os seguintes vogais:

Vogal Jorge Nascimento:

*“Sr. Presidente, eu trazia um tema, para este período de antes da ordem de trabalhos, mas pelas intervenções anteriores sou forçado a abordar aqui duas questões, procurando evidentemente ser breve e conter a minha intervenção dentro do tempo que me foi concedido inicialmente por V. Ex.a*

*Foi aqui trazida a questão das inabilidades de dois ilustres Deputados desta Assembleia. Eu não vou pronunciar-me sobre o mérito ou demérito substantivo, embora teça depois algumas considerações sobre isso, das duas situações concretas. Mas a minha intervenção vem a este propósito e a tónica que lhe quero dar é sobre isto: o Deputado Sr. Salavessa veio aqui trazer esta questão sobre a capa da lealdade. Pois eu contraponho que nunca vi, e digo-o sinceramente, maior hipocrisia. Quando se afirma e proclama lealdade para trazer aqui o tema da maneira como o foi e justifico. Se o Sr. Salavessa ao trazer aqui essa questão de novo quisesse ser leal, teria dito primeiramente e com antecedência e é assim que eu reconheço a lealdade, aos dois visados: Eu vou à Assembleia levantar este problema, para que os Srs. lá, com igualdade de argumentos, rebatam a minha intervenção. Agora o Sr. Salavessa aparece aqui, não por ser o Sr. Salavessa, é o Deputado interventor, aparece aqui com o problema devidamente estudado, que não se sabe da sua valia substantiva e deixar as pessoas confrontadas com uma situação para a qual não estão preparadas. Eu qualifico isto não de lealdade mas sim de hipocrisia.*

*Agora quanto ao mérito. Ao que me é dado saber pelos dois visados, estão a existir contratos que foram feitos ao abrigo de concurso público e o concorrer já de si é um acto livre para qualquer pessoa, por princípio. Portanto, eu não tenho conhecimento agora, não estou preparado para me pronunciar verdadeiramente sobre o mérito da questão, mas*

*entendo assim: que a lei quando diz que as pessoas que são titulares de cargos não devem contratar com o órgão ou com a autarquia e com a autarquia entender-se-á a Câmara e a Assembleia. Não o podem fazer porquê? Porque está em princípio proibido o negócio consigo mesmo. A pessoa não pode estar num sitio a contratar e no outro lado a consentir, este é o principio básico. E também de alguma maneira quer proteger as influências; porém nos concursos públicos, não há essa influência e portanto eu ponho logo em causa sobre se, sendo o fornecimento ao abrigo de concurso público, se se deve entender que há realmente inabilidade ou não há? Quer dizer, se isso deve fundamentar uma questão de inabilidade ou se não deve fundamentar? Mas isso é questão a desenvolver no princípio. De qualquer maneira e isso foi realmente preservado pelo Sr. Salavessa, pelo Deputado interventor que introduziu a questão, não se põem aqui questões de seriedade. Poderá ter acontecido, se realmente for caso de haver alguma irregularidade, todas as pessoas visadas estarão a fazê-lo involuntariamente, e gostava que isso ficasse aqui sublinhado.*

*Houve uma intervenção aqui também sobre os cartazes da propaganda do meu Partido acerca da regionalização. Com todo o respeito pela intervenção, que normalmente a pessoa que a fez, faz intervenções com certa elevação e eu creio que neste caso, ou propositadamente ou com aproveitamento político, eu creio que esta intervenção, tem do cartaz um conceito, uma visão primária e passo a expressão básica. Porque não creio que os autores do cartaz tivessem em vista qualificar os autarcas em geral ou os titulares dos órgãos do poder local, como corruptos. Não creio que seja essa a ideia.*

*O que me parece e isso é dos manuais de ciência política é o seguinte: quando se multiplicam os órgãos do poder, se pode favorecer porventura o aumento da corrupção. Porque nós temos de ser realistas, os titulares dos órgãos do poder local e de qualquer poder são sérios, mas toda a gente sabe que pode eventualmente haver corrupção e esta desmultiplicação do cargo, para os autores dos manuais de ciências política, que evidentemente não sou eu, esta possibilidade é favorecida, e creio eu que é nesse sentido que o cartaz surge e evidentemente que não se procura, seria primário demais querer favorecer algum responsável político, designadamente do meu Partido, isto quer dizer poder igual a corrupção, o que evidentemente não é verdade. Portanto, eu penso que se radica numa falsa interpretação do cartaz.*

*Agora o tema principal que me levou a intervir aqui, neste período de antes da ordem de trabalhos, era o tema do Salgado: é um tema grato aos Aveirenses, é o Salgado Aveirense que eu trago aqui e tão grato assim que o Partido Socialista, designadamente o seu cabeça de lista, para os órgãos autárquicos das eleições de Dezembro, escolheram o sal como símbolo. Escolheram-no como símbolo porque precisamente sabem que isso cala fundo e toca de fundo o coração dos Aveirenses. É sabido que o Salgado, entrou de alguns anos a esta parte em processo crítico e que a tendência se não se lhe puser mão, se não se abrirem acções no sentido de inverter este caminho, será no sentido do seu completo desaparecimento. Claro apontam-se como razões desta crise a insistência do sal-gema, sai mais economicamente para as bolsas do que o sal marinho. Aponta-se a concorrência do Sal Tunísino e assacam-se algumas responsabilidades também à organização dos factores de produção que não trazem à exploração do Sal que aqui se faz em Aveiro e que na Tunísia se gera espontaneamente. Ora bem, será isto uma fatalidade? Teremos de facto aceitar que o Salgado Aveirense desapareça? Eu creio que muitas coisas podem ser feitas e a minha intervenção é no sentido de questionar este Executivo que tomou afinal com símbolo da sua campanha eleitoral o Salgado, o que é que tem feito por esse mesmo Salgado? Pergunto, porque são estas as medidas que eu propugnaria se porventura estivesse no poder. Aponto estas medidas: já fez o Executivo alguma coisa, no sentido de que o Poder Central informe a opinião pública sobre as características do Sal Marinho por lado, e por outro do Sal-gema? Já fez algumas diligências para que por exemplo, o consumidor saiba pelas propriedades do*

*Sal Marinho que utiliza na sua alimentação, vale bem a pena pagar o dobro, o triplo, o quádruplo até, o quántuplo ou a justa medida do que vale pagar pelo Sal-gema? Se este Executivo o não fez, e eu espero que o Sr. Presidente responda, deve fazê-lo; para que o Poder Central mencione nas embalagens: Sal-gema igual a esta composição, Sal Marinho igual a quel'outra. Já fez este Executivo, alguma diligência no sentido de que a opinião pública saiba pelo que me é dado saber, pela informação que tenho, que o Sal-gema poderá ser, ou é seguramente nefasto à saúde, em contraponto com o Sal marinho que tem propriedades e tem componentes indispensáveis à saúde pública, que aconselhariam que na alimentação dos humanos devesse ser gasto exclusivamente Sal marinho e na alimentação até dos animais onde é indispensável, fosse também obrigatoriamente só usado Sal marinho e que o Sal-gema fosse reservado para a indústria onde tem igualmente aplicação, é outro ponto porque este Executivo, deveria debater-se. Porventura, já fez este Executivo diligências no sentido de que sejam melhorados e melhores organizados factores de produção. Porventura, substituir a canastra por teleféricos, não quero dizer teleféricos de grandes dimensões, para o transporte do Sal. Isto é um conselho dos próprios marnotos que o fazem. Já fez o Executivo algumas diligências para facilitar a comunicação no seio das marinhas, tudo isto que viria embaratecer o Sal. São estas perguntas que eu deixo e pelo que me é dado saber deixam-me alguma nostalgia, porque realmente eu vi com agrado, alguém em campanha eleitoral ter o Salgado como símbolo e afinal porque hoje, e na linha daquela intervenção daquele município que falou aqui antes do período da ordem de trabalhos, eu vejo com alguma frustração que aqui como 'acolá', nada se tem feito no sentido de agora e no caso concreto do Salgado Aveirense. Oxalá o Executivo faça muito e faça bem, porque o Salgado Aveirense é uma coisa a preservar. Obrigado."*

Vogal João Maia:

*"Sr. Presidente muito obrigado. Eu gostava de transmitir a esta Assembleia uma preocupação, que é ao fim e ao cabo uma preocupação de todos os Sr. Deputados. É o problema das chuvas, das marés vivas, dos ventos de feição, que a partir de agora vão com certeza provocar na nossa 'beira mar' algumas cheias bastante incomodativas. É evidente que na minha juventude eu muitas vezes saí da escola e fui de bateira para casa; mas esses tempos já vão longe e as eclusas que na altura foram polémicas, trouxeram talvez na minha óptica alguma acalmia ao problema, mas também trouxeram o esquecimento desses tempos. As obras da barra, o aumento da temperatura, com aumento do nível das águas, terão sido razões que já ouvimos demasiadas vezes. Mas eu acho que as eclusas ao criarem a impossibilidade de a água passar pelo Canal das Pirâmides, terá feito com que os esteiros ficassem mais fundos que as águas começassem a entrar pelos esteiros que desaguam no Canal de S. Roque e também as marinhas arrombadas. Hoje as marinhas praticamente cem por cento estão arrombadas e as águas passam por cima. Portanto, as comportas que hoje existem nos esteiros desse grupo de marinhas, não estão a fazer lá nada, não funcionam. É evidente que toda esta preocupação, já me levou com um grupo de moradores da beira mar, a deslocar-me ao forte, à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, onde em conversa com os técnicos foi-se de opinião que o problema poderia ser ultrapassado, se no IP 5 as entradas, portanto as pontes superiores que estão no IP 5, fossem trabalhadas, fossem utilizadas como comportas, tal e qual como está a comporta junto do Alboi. A Câmara oficiou à JAPA nesse sentido, mas que eu saiba, até hoje ainda não houve resposta. Passados dois ou três anos, este problema, ou melhor numa reunião no Centro de Congressos, acontece que eu tive a oportunidade de interpolar a Mesa que presidia a discussão do problema da dragagem da Ria e directamente ao técnico da Junta Autónoma das Estradas. Pus-lhe a possibilidade da viabilidade de se colocarem comportas no Canal de S. Roque e o técnico foi peremptório em dizer que tudo isso era possível. Portanto estas*

*preocupações com as cheias, estas preocupações com a possibilidade de enxurradas, hoje em dia, mantêm-se porque hoje, ainda nada foi feito. E para além desta atitude, junto do Canal de S. Roque, eu acho que haveria acções como o alargamento e aprofundamento da linha de água que vem da Forca Vouga, como o lago que já muitas vezes aqui se falou, em frente a Jerónimo Pereira Campos e inclusivamente aplicando válvulas de um único sentido nas saídas, nas redes das águas pluviais, que desagüam no Canal Central. O Canal Central poderia ser assim uma bacia de retenção, uma bacia de armazenamento de águas e controlar portanto, não o caudal, mas a quantidade de águas que evitariam então, o aparecimento de cheias na beira mar, tal e qual como acontece por exemplo, com o Lago do Parque que devido ao desnivelamento que é possível pôr nas águas, muitas das vezes funciona nesse sentido. Sr. Presidente, as preocupações expostas com o problema das cheias, que são extensas a todos os Srs. deputados, leva-me a pedir que esta Assembleia solicite à Câmara que encare de um modo dinâmico a minimização deste problema. Muito obrigado.”*

**Vogal Capão Filipe:**

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Vou prosseguir com alguns temas, mas o primeiro tema é uma espécie de proposta de recomendação via Assembleia Municipal ao Executivo Camarário, concretamente com o título «Em Aveiro, o Município tem prioridade nas passadeiras» e vou passar a definir a temática:*

*O balanço final de acidentes ocorridos em Portugal durante o ano de 1997, dificilmente poderia ser mais cruel: 174.001 acidentes, 1.848 mortos, 5.769 feridos graves e 55.642 feridos ligeiros. No ano de 1996, o atropelamento de peões dentro das localidades contabilizou 8.757 vítimas (isto abrangendo o total de mortos e feridos graves ou ligeiros), representando 86,3% em relação ao total de atropelamentos (isto é, as vítimas de atropelamentos é maior dentro das localidades do que fora delas). Por outro lado, 22,8% do total de mortos na estrada eram peões, dos quais 63% foram vítimas de atropelamento dentro das localidades.*

*Na abordagem decorrente destas estatísticas, este diagnóstico alerta a todos nós, tecido social e às diferentes estruturas responsáveis, no nosso caso urbanas e regionais, a consciência de que a melhoria da Segurança Rodoviária deve ser um objectivo prioritário de todos nós. Cumpre-nos pois actuar e tentar desenvolver a melhoria do nosso ambiente rodoviário, nomeadamente procurando a melhoria de condições de segurança das nossas infra-estruturas. Como sabemos, uma via de comunicação com a sinalização correcta, explícita e visível, beneficiará preciosamente as condições de circulação.*

*Assim sugere-se: A colocação da sinalização de circulação de peões obrigatoriamente em todas as passadeiras existentes no Concelho de Aveiro, à semelhança do que já ocorreu, e bem, nas passagens para peões instaladas nas “Novas Avenidas”, em que foram colocados dois sinais, um de cada lado da passadeira. Tratar-se-á de um investimento simbólico em termos financeiros, mas seguramente sem preço em termos do direito à segurança do Peão Aveirense. Concretamente e para exemplificar, eu posso referir na minha própria experiência como automobilista aqui no Concelho de Aveiro, que fazendo ali as Avenidas Novas, só pelo facto de ver aquela sinalização do lado direito e esquerdo, aquelas coisas azuis com peões, como que sugere um determinado comportamento anglo-saxónico, mas que também tem que ser cada vez mais o nosso comportamento. Que é o peão a colocar o pé na passadeira e a paragem. E parecendo que não, determinadas cidades em que se realizou este tipo de circunstância melhorou grandemente o comportamento da segurança dos peões, sendo o investimento relativo. O segundo assunto é a sinalização do nosso ‘Centro’, na nossa circular do IP 5. Muitas das vezes marco reuniões para Aveiro e provavelmente mais de metade dos utentes da IP 5 que recorrem a Aveiro, normalmente telefonam-me da Barra*

*ou da Costa Nova, a perguntar onde é a entrada para o 'Centro', isto porquê? Porque um pouco por todo o país, generalizou-se e talvez é bom sinal porque é sinal de construção de estradas, a designação das entradas das cidades pelos cardinais, Norte, Oeste e por aí adiante. Mas houve um esquecimento de uma atitude que deve ser ecuménica e que é a localização do Centro de uma Cidade, isto não só acontece em Aveiro, em Braga, em Amarante e por aí adiante; eu tenho dificuldade, vou entrar no Sul ou no Norte?. E aquilo que se verifica é que na placa onde deve ser colocado a indicação de 'Centro', ainda por cima tem uma agravante, que é indicar Aveiro Oeste e outra tem lá a indicação de Terminal TIR e normalmente as pessoas hesitam para não ir para o Terminal TIR e agora penso que nas últimas vinte e quatro horas, foi lá colocada uma terceira placa que diz Fórum Aveiro! Mas indicação de 'Centro da Cidade' propriamente dito não tem. Eu penso que é uma placa que terá as suas vantagens.*

*Um terceiro assunto, é que hoje estão a tocar os finados pela Expo 98 ... esta imagem e em relação a esta matéria, nós já tivemos ocasião de intervir há uns tempos, gostaria de perguntar ao Executivo, o que está a fazer ou propõe efectuar no sentido de que em relação a certos espólios, bens móveis e por isso transportáveis, que poderão interessar e ser captados para Aveiro, diminuindo uma certa esponja que poderá ocorrer a nível da sediação da Expo 98, para fazer juz do head line, "Património de todos os Portugueses" e ver eventualmente se interessa a Aveiro ou não captar determinada parte desse património e designadamente em relação a isso, convém recordar o exemplo já aqui trazido, penso que até do mandato anterior, que é concretamente invocar Aveiro o destino da Fragata, reclamando de facto ou continuando a reclamar nem que seja provisoriamente, uma vez que se fala que terá que ser eventualmente partilhada, então a primeira partilha que ocorra com Aveiro. Eu tive ocasião de constatar umas notas sobre o futuro da Fragata, dizem que está entregue ao Museu da Marinha, figurará em cais próprio, será um museu vivo que pode ser utilizado para exposições temporárias, sendo privilegiadas a sua utilização a entidades, organismos ou empresas que com o seu contributo financeiro ou de outra natureza ajudaram a tornar possível este projecto. Portanto dá ideia que podemos partir na linha da frente. E porque não, sugerir ao Museu da Marinha, tanto se fala em núcleos museológicos, um núcleo museológico que poderia acontecer na Cidade de Aveiro em que incluisse a Fragata. Por último e para acabar, em relação aos dois factos que aconteceram aqui, gostaria apenas só de referir um comentário e que é o seguinte: o protagonismo actual que a esquerda tem neste país, sempre me levou a pensar que poderia contribuir para que determinadas consciências ficassem um bocado ébreis, mas porém não pensei que fosse tão rápido, isto é, que houvesse atitudes de perda de civilidade e de inícios de comportamentos tipo PREC, que assistimos hoje aqui. Muito obrigado."*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*"São quatro os pontos que eu queria aqui chamar à atenção. Em primeiro lugar dizer que há dias li no jornal e com muito gosto, que o Beira Mar, dada a situação de ter ascendido à primeira divisão ia receber mais uns dinheiros, subsídio, creio que eram mais dois mil contos. À primeira vista a pessoa fica muito satisfeita, mais dinheiro para o nosso Beira Mar, simplesmente o que me parece é que mais uma vez em questões relacionadas com o subsídios e com financiamentos, se verifica uma grande falta de rigor por parte desta Câmara Municipal. Porque na verdade, um subsídio nunca pode ser considerado um favor, quem recebe um subsídio numa Câmara, que é uma instituição pública, é porque tem direito e porque a Câmara tem dever. Ora para que isto se cumpra é preciso ter rigor, é preciso saber porque é, e quanto é, que se dá a uma instituição qualquer desportiva ou não. E para isso há naturalmente que verificar até que ponto é que a formação desportiva que se leva a cabo no Beira Mar, evita que a Câmara tenha que se responsabilizar por ela. Até que ponto*

*é que equipamento desportivo pode ser utilizado pelos munícipes, pelos Aveirenses e que evita naturalmente dispêndio da Câmara. Até que ponto é que o facto de uma equipa estar na primeira divisão pode significar um desenvolvimento turístico e, portanto, há múltiplos aspectos em que o facto de termos um clube como o Beira Mar e que esse Clube estaria na primeira divisão, isso lhe dá direito e dá um dever à Câmara de financiar e de dar subsídios a esse Clube. Por isso é que quando eu olho para dois mil contos, fico sem saber porque não há nenhum estudo que se tenha pelo menos tido conhecimento dele, que nos diga se é muito ou se é pouco. Naturalmente é pouco, o Beira Mar devia receber muito mais dinheiro que isso. É por isso que eu chamo à atenção para o rigor que é necessário fazer nestas coisas e não ser apenas um subsídio que se dá e ficarmos todos muito agradecidos, por que isto é uma forma já do passado e de facto, numa perspectiva actual temos de saber rigorosamente quando há um subsidio, porque é que se dá e quanto é que deve dar.*

*Por outro lado tenho de fazer uma pergunta. Discutiui-se aqui muito - grupo de trabalho para se avaliar da capacidade de Aveiro se candidatar a ter aqui uma Faculdade de Medicina. Disse que havia um grupo de trabalho, eu continuo à espera dos resultados que não sei se não são minimamente já neste momento úteis ou não, porque as decisões parece que já foram tomadas e entre tanto não sabemos de nada! Esta bancada independentemente de muito bem, este assunto ter sido aqui levantado pelo Sr. Dr. Capão Filipe, nós apoiámos querendo grupo de trabalho para que fosse com uma base sólida, que nós de facto defendíamos isto para a nossa Cidade. Não sei nada sobre isto neste momento.*

*Seguidamente eu chamo à atenção do seguinte: é que de facto o Dr. Raúl Martins trouxe aqui uma serie de assuntos relacionados com aspectos de regionalização, eu vejo o interesse que ele tem nisto, o interesse é de facto grande, trouxe-o aqui a esta Assembleia para o discutir e se considera que é de discutir, então acho que temos de ir ao fundo e solicitar que então seja agendada uma reunião para discutir esse assunto e até fazermos uma votação, para termos o sentido desta Assembleia no que diz respeito à regionalização. Devo dizer ainda outra coisa, é que no que diz respeito às sugestões pouco correctas que foram feitas, eu devo dizer que conheço pessoalmente de longa data, por que foi durante muito tempo meu colega na Universidade de Lisboa, o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, e devo dizer pelo que eu conheço, é uma pessoa séria e coerente. Repudio as afirmações que foram feitas neste sentido pelo Dr. Raúl Martins e devo dizer uma coisa; o que eu reconheço no Dr. Marcelo Rebelo de Sousa é que é um homem de inteligência invulgar, o que lhe permite evoluir no pensamento e na acção, quando muitas vezes muitos dos seus opositores políticos ainda estão a tentar equacionar os problemas. E porque é inteligente, não sofre de complexos de evolução de pensamento, não sofre de complexos desse tipo. E muitos Portugueses com o tempo têm evoluído e têm compreendido o enorme erro, o erro colossal que seria esta regionalização. E eu não tenho dúvidas, é uma coisa curiosa; um homem como o Dr. Francisco Sá Carneiro, que foi das pessoas mais atacadas e de uma forma cruel e desonesta, nomeadamente no verão de 1980, enquanto até com a vida pessoal dele e com quem ele vivia ou não, todos se meteram com ele, agora serve sempre como referência, e vai-se dizer: Dr. Sá Carneiro, até defendia a regionalização. Pois eu digo com muita franqueza, que não posso naturalmente comprovar, mas duvido muito que ele apoiasse esta regionalização e este é que é o caso, porquê? Porque por exemplo, não estou a ver o Dr. Sá Carneiro a aceitar a ideia do grande Alentejo, que é um favor do PS ao PCP, não vejo o Dr. Sá Carneiro apoiar uma dessas, a apoiar o PCP dessa forma, como o Partido Socialista faz. De modo que não digam que o Dr. Sá Carneiro ia defender esta regionalização, porque não sabem se ele fazia esta regionalização ou não.*

*Seguidamente quero ainda dizer outra coisa, aqui neste momento, é que houve aqui uma situação pouco leal no que diz respeito a dois membros desta Assembleia. Mas eu quero que fique bem claro, para todos nós e para todos os Aveirenses e através de dos órgãos de*



*comunicação social se for caso disso, que fique bem claro, que não há nenhuma dúvida e faça-se justiça que o Sr. Salavessa não o disse, não há nenhuma dúvida quanto a seriedade dos dois membros desta Assembleia a quem foi pedido que suspendessem os seus mandatos. E claro como a água, também se disse, que eles concorreram a concursos públicos. Portanto isto é público. É para toda a gente saber que de facto, o que eles concorreram foi a concursos públicos para fornecedores de certos aspectos da Câmara. Há muito tempo que estes membros da Assembleia são, já no anterior mandato eram, ninguém ainda descobriu, foi agora assim de repente que de facto se descobriu este aspecto. Eu devo dizer portanto o seguinte: é que isto, obviamente eu não sou jurista, o assunto terá de ser debatido por um jurista e ser considerada a Lei, no entanto enquanto isso não suceder, eu apelo aos dois visados que são membros desta Assembleia, dois Aveirenses distintos, dois Aveirenses que se têm batido pela sua Cidade, por todos nós, que não façam aquilo que me apeteceria fazer na posição deles, que era abandonar esta Assembleia, porque nós precisamos deles aqui. Eu peço a ambos que permaneçam aqui até o problema se resolver. A lei aplica-se, mas devo dizer que neste caso eu não concordo com este tipo de Lei e não vale a pena avançar mais, porquê? Porque isso competirá ao jurista. Portanto eu faço um apelo aos colegas, que até se concluir isso em termos jurídicos, não abandonem esta Assembleia porque precisamos deles. Obrigado Sr. Presidente.”*

Presidente da Mesa:

*“Muito Obrigado. Noto que está na assistência o Dr. Rogério Leitão, que foi ilustre Presidente desta Assembleia Municipal, a quem apresento os meus cumprimentos, no subentendimento que seja com a vossa adesão e acompanhamento.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Para começar eu não posso deixar de subscrever na integra os comentários do Prof. Britaldo, relativamente às intervenções do Dr. Raúl Martins e Sr. Salavessa. Queria também fazer uma proposta de recomendação: existe um problema na ISCAA de estacionamento; foi vedado quase todo o estacionamento à volta do ISCAA, restam alguns lugares. Actualmente as pessoas que lá trabalham e que frequentam aquele estabelecimento e outros que se deslocam para assistir a alguns seminários que lá existem, recorrem a um terreno anexo que agora no Inverno fica intransitável. Eu vinha propor ao Sr. Presidente, que se houvesse hipótese de fazer a compactação desse terreno, de forma a pelo menos se poder transitar lá. Penso que não será uma obra muito grande, mas permite-nos pelo menos evitar de se andar a lavrar terra com os carros.*

*Outra questão diz respeito a uma informação saída no prestigiado jornal aveirense, Diário de Aveiro e diz assim: «A Câmara Municipal de Aveiro vai adquirir a quinta da condessa em Taboeira, por uma verba que ronda 130.000 mil contos». Eu ao analisar a intervenção do Sr. Presidente, disto não me é dito nada, não temos a mínima informação. Penso que se está a informar primeiro os órgãos da comunicação social e depois os membros desta Assembleia. Eu acho muito bem que se informe os órgãos da comunicação social, mas deve-se começar primeiro pelos membros da Assembleia, a menos que isto seja uma notícia que não esteja correcta.*

*A outra questão, que eu queria pôr, é de um apoio a proposta do Sr. Deputado Municipal Gaspar Albino, relativamente à recassificação do imóvel em Verdemilho, denominada Casa Eça de Queirós. Acho que foi uma proposta muito oportuna e que ela deve ser considerada, com muita acuidade por este Executivo. Por agora posso ficar por aqui, guardo as minhas outras intervenções para os comentários à comunicação do Sr. Presidente. Muito obrigado.”*

Vogal António Manuel Coimbra:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Bom, gostaria de começar por dizer que apesar de estarmos longe da Expo pelo menos estamos com o espírito da Expo. É que pedi a palavra eram sete horas da tarde e estive na bicha até agora, são onze horas da noite, quando uso da palavra. Eu gostaria de falar neste período antes da ordem do dia, de falar da política agrícola de Portugal ou da ausência dela. E gostaria, para já de desejar o restabelecimento rápido do ainda Sr. Ministro da Agricultura. É que segundo me parece acabou o governo diálogo. A contestação é grande e é grande com razão, apesar das pessoas pensarem que os agricultores pedem por tudo e por nada, mas desta vez é a serio; é como a historia do Pedro e do Lobo, tanto refilam tanto refilam que desta vez refilam a serio e ninguém liga, mas é verdade que realmente está grave. A degradação das propriedades agrícolas verifica-se, há uma falta de competitividade dos nossos produtos, sem esquecendo esta humilhação do Ministro e de Portugal inteiro em Bruxelas. Acho que foi humilhante demais para nós aquilo que se passou em Bruxelas (e não sei se isso teve consequências directas na doença do Sr. Ministro, espero que não, espero que o seu estado de saúde se restabeleça rapidamente), mas que em termos de política parece-me bastante grave aquilo que se está a passar. E o Sr. Abreu já deu um exemplo muito prático daquilo que se passa. É que de intenções estamos nós cheios e realmente houve uns programas de incentivos agrícolas, os PAMAF que vieram foram lançados pelo anterior governo, este governo passado um ano retomou-os, só que como o Sr. Abreu explicou, não deram resultado absolutamente nenhum, porque houve uma inoperância total em os pôr à prática. O que quer dizer que a problemática agrícola também nos afecta a nós e afecta o Baixo Vouga e afecta também se calhar a nossa Universidade, por exemplo, que muitos projectos agrícolas também foram financiados para a nossa própria Universidade e devido a esta inoperância muitos dos programas que deviam ser de três anos, alguns têm que ser executados em dois, porque no final de 99 acabou o pacote agrícola. O que me parece é que este governo, está por um lado a querer incentivar a agricultura, mas por outro aquilo que me parece, é que quer acabar com a agricultura em Portugal e por isso parece-me que não é um problema de Ministro, é um problema de política do Partido Socialista em relação à Agricultura. O Partido Socialista, quer acabar com a agricultura em Portugal. Segundo me parece as pessoas pensam que o Governo governa mal, e a mim faz-me lembrar a ‘Contra-Informação’ quando diz que realmente aparecia o “Tonéca” ou o “Coelhone” a pedir aos ministros que digam ou que governem mal, para mostrar às pessoas que realmente é necessário descentralizar e necessário regionalizar. É que realmente as regiões a serem criadas vão ser regiões também de primeira e de segunda, como nós sabemos há regiões com mais deputados e há regiões com menos deputados. Lá está, todos somos iguais mas vai haver uns mais iguais do que outros já como dizia George Orwel no seu Triunfo dos Porcos. E fico-me por aqui Sr. Presidente.”*

Vogal Virgílio Nogueira:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em primeiro lugar pretendo obter a informação que assegure que os muros que estão a construir nos passeios no Canal de S. Roque, não vão prejudicar o acesso às embarcações que estão atracadas no referido Canal. Sabendo que muitos concidadãos ali têm os seus barcos de recreio e de lazer, temos de garantir que, os mais novos e os menos novos, possam aceder sem dificuldade aos seus bens e desfrutar das paisagens magníficas da nossa ria. E sabendo quão árduo e por vezes inglório é o trabalho dos nossos marnotos, por isso não se lhes deve colocar mais um obstáculo ao seu labor quotidiano. É minha convicção, que a qualificação do espaço urbano não pode nem deve dificultar a vida das pessoas. Em segundo lugar, queria recomendar ao Executivo a adesão da Câmara Municipal à Fundação da Juventude. Esta Fundação tem como propósito primordial promover, realizar*

*ou apoiar acções que facilitem a entrada dos jovens na vida adulta e profissional, designadamente nas áreas da Cultura, Ciência e Tecnologia, Educação, Formação Profissional e Emprego, Informação, entre outras.*

*A Fundação da Juventude é uma associação privada sem fins lucrativos, à qual já aderiram Municípios como o Porto ou a Maia e um rol de entidades públicas e privadas de grande prestígio. Estamos em crer que os jovens do nosso Concelho poderiam ter uma série de novas oportunidades profissionais e de participação cívica se a Câmara aderisse a esta Fundação. Aqui fica a recomendação e a vontade de cooperar no processo se tal entendido como necessário.*

*Por último queria retomar a título de proposta de recomendação o que já referi na imprensa.*

*a) O interesse comunitário de se realizar o Festival de Teatro em Aveiro, aliado às boas condições endógenas para a sua concretização.*

*b) A proposta de envolvimento da Autarquia no sentido de reforçar a qualidade do Festival Internacional de Música de Aveiro.*

*c) A defesa da vocação sociocultural do espaço da Lota: a construção de instalações e equipamentos, como um Anfiteatro ao ar livre, que fosse uma referência arquitetónica no todo urbanístico. Muito obrigado.”*

**Vogal Diogo Soares Machado:**

*“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostaria de focar nesta minha intervenção, quatro ou cinco assuntos ou temas, necessariamente breves. O primeiro prende-se obviamente com o problema aqui levantado pelo Sr. Deputado do Partido Comunista Português, que ora avante me dispensarei de citar o nome. E prende-se acima de tudo Sr. Presidente, com uma questão: a intervenção deste Sr. Deputado nosso colega, começou por dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Partido Português se preza de estar na política com mãos limpas, com cara lavada e com transparência e eu repito e digo-lho na cara, Sr. Deputado do Partido Comunista Português, que todos, - não somos um - somos neste momento treze, todos os deputados que neste momento estão sentados nesta bancada do Partido Popular, se prezam por estar na política há tanto tempo como o Sr. ou mais, com a mesma cara lavada ou com outra cara lavada, com as mãos igualmente limpas e com a mesma transparência. Se o Sr. queria falar de lealdade, o Sr. não teria nunca o direito de começar a sua intervenção e perdoo-se-me a forma como inicio esta intervenção, necessariamente comovida, o Sr. não teria nunca o direito de evocar a transparência e a cara lavada do Partido Comunista Português, que noutras alturas não foi tão transparente, nem foi tão lavada. Todos nós temos telhados de vidro Sr. Deputado do Partido Comunista Português; e temos sempre para a vida toda. E quando os temos, creio eu na minha curta experiência de vida mais curta que a sua (e desminta-me se estiver enganado) e quando os temos, temos a obrigação de pelo nosso percurso de vida seja na política, seja na família, seja nas amizades, seja onde for, temos a obrigação de nesse percurso de vida desfazer e construir por baixo os telhados verdadeiramente sólidos. Foi esse o exemplo que o Sr. não conseguiu transmitir aqui hoje à opinião pública aveirense. Foi esse o exemplo, que de certeza a opinião pública aveirense não lhe vai agradecer. Quanto a este assunto só gostaria de dizer o seguinte: se a participação foi feita a quem de direito, os treze deputados municipais do PP e os Vereadores do PP na Câmara Municipal de Aveiro estão tranquilos e estaremos à espera do resultado. E é olhos nos olhos que lho digo. Mas também lhe digo Sr. Salavessa, que se o resultado for aquele que sabemos que vai ser, a opinião pública vai saber o tipo de manobras que o Partido Comunista Português tenta fazer nesta Assembleia Municipal, sobre que intenções ou com que intenções ainda não sabemos mas vamos saber.*

*Em segundo lugar, uma intervenção de “escarro” que aqui foi produzida. E também para dizer que novamente, eu acredito Sr. Presidente e Srs. Deputados que todos nós, uns mais outros menos, teremos lido algumas cartilhas semelhantes ou iguais e todos nós teremos tido a obrigação pelo menos de para estarmos aqui lermos alguns livros como diria o meu colega de bancada o Dr. Jorge Nascimento, algumas bíblias da ciência política. E não pretendo com isto desvalorizar qualquer tipo de interpretação que se possa ou queira fazer de qualquer cartaz, que se coloque ou venha a colocar na rua, não pretendo nada disso. Apenas pergunto a esta Assembleia se é verdade ou é mentira, que multiplicando os cargos políticos, se multiplicam as probabilidades de existência de corrupção? É verdade. Isto é verdade em qualquer manual de ciência política e os Srs. sabem-no muito bem. Mas quanto a esses cartazes, que a direita radical, no dizer do Sr. Tó zé Seguro e agora do Dr. Raúl Martins, é um ditado muito em voga na juventude do Partido Socialista, é a direita radical, mas a direita radical não somos só nós, os Senhores do PSD estão incluídos, segundo a última versão que ouvi na televisão o Dr. Raúl Martins é que se esqueceu, mas quanto a esses cartazes, Dr. Raúl Martins, esta sua intervenção que normalmente até são de improviso e saem bem, esta sua intervenção escrita, com ideias tiradas de certo de algumas gravações vídeo, permita-me que lhe diga, foi infeliz num aspecto, é que saiu três dias depois da última sondagem publicada sobre a regionalização, em que o NÃO está com sessenta pontos percentuais e o SIM está com quarenta. Essa sua intervenção hoje nesta Assembleia, perfeitamente a despropósito, permita-me que a clarifique, não pode ser interpretada senão como um despeito qualquer causado por uma qualquer sondagem, se calhar encomendada pela direita radical, acredito. E depois os cartazes é que têm culpa. Mas os cartazes ainda não falam, Dr. Raúl Martins, nem têm número de telefone, deixe que a opinião pública julgue não só os cartazes, não só as posturas coerentes ou incoerentes, não só os discursos flácidos ou menos flácidos, não só as atitudes mais correctas ou menos correctas. O povo Português sabe o que quer, já vos provou num referendo há bem pouco tempo atrás. Estamos convictos que vos vai provar novamente e os Srs. que descalcem a bota, inventem um terceiro referendo e quanto a este assunto também não digo mais nada. E entraria então agora no que me trazia a este período de antes da ordem do dia, para alertar o Sr. Presidente da Câmara de uma falha, provavelmente dos serviços administrativos, que é o seguinte: os partidos políticos com sede em Aveiro, foram oficiados pela Câmara Municipal no dia 18 de Setembro de 98, ofício com o número 5.848, para que engalanassem as suas sedes à passagem do ‘Comboio da Liberdade’, símbolo que pretende representar o comboio que conduziu o General Humberto Delgado até Sta. Apolónia. Mas Sr. Presidente, por muito boa vontade que todos os partidos políticos tenham e certamente que o Sr. Presidente não questionará esta boa vontade, eu digo-lhe Sr. Presidente sinceramente que é impossível que os partidos políticos procedam a esse engalanamento airoso das suas sedes, porque Sr. Presidente o ofício que nos mandou não tem data, não diz quando é que passa o Comboio.*

*Em relação à intervenção do público nesta Assembleia, que foi realmente aqui saudada por todas as bancadas com assento nesta Assembleia, eu gostaria de salientar uma pequena frase que o Sr. Presidente da Câmara aqui produziu e que dizia textualmente «por essa Europa fora a escravidão aos Planos de Pormenor está a ser relativizada». Eu até posso concordar consigo e o Sr. até pode estar coberto de razão, simplesmente coberto de razão ou não, esta pequena intervenção sobre este assunto é apenas para lhe lembrar, não se tratou de escravizar o Sr. Presidente da Câmara a ninguém, mas na passada reunião extraordinária desta Assembleia no dia 12, o Sr. Presidente da Câmara comprometeu-se, não se escravizou obviamente, comprometeu-se a tentar fazer coincidir o período de carência da leasing com a apresentação do novo Plano de Pormenor do Centro da Cidade.*

*Portanto Sr. Presidente acabe-se com a escravatura, sim senhor, mas cumpra-se com este compromisso, é isso que lhe peço.*

*Em último lugar, Sr. Presidente da Mesa e Caros Colegas de Assembleia, para registar com enorme apreço e digo isto com o maior sentimento e do fundo do coração, que às vezes os valores Deus, Pátria e Família inspiram, e registo com enorme apreço as suas palavras na inauguração do Fórum Aveiro. Elas foram exactamente as palavras que traduziram exactamente as ideias e o Sr. sabe-o bem, porque afirmou-o publicamente, exactamente as ideias que presidiram o anterior Executivo no lançamento do projecto que culminou no dia 29 com a inauguração do Fórum Aveiro. Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Mesa através de si endereço os profundos agradecimentos do Partido Popular de Aveiro e da Bancada do Partido Popular na Assembleia Municipal, pelo reconhecimento público, que o Sr. Presidente da Câmara nos honro por bem fazer ao admitir publicamente como admitiu a grande valia do projecto e mais, o grande empenho dos na altura mentores do projecto. Permita-me que diga em estilo de farpa, ao contrário de algumas vozes aqui nesta Assembleia Municipal ou na outra aquando da votação e discussão desse assunto. Muito obrigado Sr. Presidente da Câmara, sempre que isso acontecer o Sr. poderá ter a certeza que tem da nossa parte os mais sinceros votos de agradecimento. Termino dizendo o seguinte, a bancada do Partido Popular apresentou nesta Assembleia cinco temas concretos, objectivos, que interessam no imediato e no curto prazo ao Concelho de Aveiro e às suas gentes; a recuperação da Casa do Conselheiro Queirós e conseqüente requalificação como Património Municipal; a recuperação e os esforços e envidar para a recuperação do Salgado de Aveiro; as cheias da Beira Mar e uma proposta de resolução do problema; a Segurança Rodoviária no Concelho que é um problema e o Sr. Presidente da Câmara sabe-o bem; os problemas concretos que a Junta de Freguesia de Eixo tem para resolver e o Sr. Presidente também o sabe. Isto, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Caros Colegas, é aquilo para que nós bancada do Partido Popular na Assembleia Municipal fomos eleitos. Isto é fazer política em Aveiro, isto é fazer prevalecer os interesses do nosso Concelho e das gentes que nos elegeram, acima de qualquer cartaz que nos possa enfiar um qualquer barrete. É por isto Sr. Presidente da Mesa, é por isto caros colegas que o Partido Popular continua a ser contra a regionalização, porque a nossa capital será sempre Aveiro, o Centro do nosso interesse será sempre Aveiro, o nosso futuro é com os olhos postos em Aveiro. Muito obrigado Sr. Presidente.”*

Vogal António Salavessa:

*“Vários membros da Assembleia se referiram, como é óbvio e natural e não esperava outra coisa, à iniciativa que tomámos e que foi aqui anunciada. Queria neste momento, dizer o seguinte: que não me chocam, não me perturbam, não me inquietam, repetidas intervenções de diversos tons, que foram pronunciadas, inclusive a questão suscitada pelo Sr. Dr. Nascimento da lealdade em termos pessoais. E não me custa admitir que pudesse eventualmente proceder dessa forma. Portanto não tenho qualquer pejo em reconhecer-lhe razão. Trata-se de opiniões, trata-se de pontos de vista e penso também que muitas das intervenções que foram proferidas se ativeram aos estritos termos daquilo que disse. Como esta intervenção faltou à verdade, foi mentirosa por qualquer razão ou por falta de atenção ou por não ter ouvido, eu não posso deixar de responder. Aquilo que disse e que repito no primeiro parágrafo, quando invoquei valores, quando invoquei mãos limpas, quando invoquei tudo isso, que disse orientava o PCP, acrescentei de forma clara e nítida e que são certamente extensivos aos restantes membros desta Assembleia Municipal, foi assim que disse e portanto não tem cabimento a intervenção ou parte da intervenção do Sr. Deputado que me antecedeu e que veio invocar argumentos como se eu tivesse dito o contrário, daquilo que disse efectivamente. Portanto, não está em causa para nenhum dos membros da*

*Assembleia, esta questão dos princípios, que invoquei para o PCP. Portanto, na intervenção disse e que são certamente extensivos aos restantes membros desta Assembleia.”*

Vogal João Barbosa:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, temos diversas vezes chamado à atenção desta Assembleia, pela maneira como os Presidentes de Junta são constantemente desconsiderados. Muitas vezes só se lembram deles (Presidente de Junta), quando há eleições; aí acham que têm muita importância para contribuírem à eleição de candidatos e acompanhantes. Estou hoje a lembrar este assunto por um motivo de regozijo e satisfação e aproveito para enaltecer a atitude de sua Ex.a o Sr. Presidente da República, pela homenagem que vai fazer às Juntas de Freguesia no próximo 5 de Outubro - Dia da Implantação da República. Aproveito para ler o que nos é dito:*

*«Este ano gostaria de associar o “5 de Outubro” ao trabalho realizado nas Freguesias, sem sombra de dúvida a forma de participação cívica que mais portugueses envolve. O seu trabalho é insubstituível. A Junta de Freguesia é o primeiro patamar de solução de muitos problemas dos portugueses. A Freguesia é também o primeiro passo de milhares de Portugueses na vida cívica e política da República. É importante dar visibilidade a esse trabalho e prestar homenagem ao esforço desinteressado de dezenas de milhares de Portugueses que se dedicam ao seu País no trabalho nas Assembleias e Juntas de Freguesia».*

*Bem haja Sr. Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.*

*Sr. Presidente da Câmara, como sabe, também nos preocupamos com a imagem do ambiente e segurança das pessoas. Aqui ao lado está a construir-se uma obra que é o Fórum de Aveiro, que a nosso ver, Aveiro já merecia há muito tempo. No entanto não deixamos de nos insurgir contra a inauguração que ontem foi efectuada; e segundo se dizia à noite no local - o Sr. Presidente foi enganado. E foi enganado porque foi convidado para a inauguração do Fórum e afinal o que foi inaugurado foi somente os estaleiros do Fórum de Aveiro. Estamos preocupados com aquilo a que assistimos; a insegurança é total. Vidros encostados aos varandins que bastava uma pequena distracção para se sair ferido; fios de alta tensão atravessados em todo o lado e em contacto com a água; caixas de ligação de tensão a descoberto; enfim, com tanto desleixo temos que estar preocupados. Com bom senso poderiam adiar a inauguração para mais oito dias. Sr. Presidente, seria aconselhável mandar a protecção civil fazer uma vistoria para bem da segurança das pessoas que estão a visitar o Fórum.*

*Gostava de dizer também aqui algumas coisas. A bancada do CDS regozijou-se aqui por trazer cinco temas para sugestões à Câmara de Aveiro, queria dizer que alguns já foram repetidos por outras bancadas, mas esqueceu-se de um mais importante Sr. Presidente da Câmara, era acabar com a prostituição no Rossio.*

*O Sr. Dr. Madaíl falou no estacionamento no ISCAA e eu aproveitava Sr. Presidente da Câmara, que cada vez temos mais problemas de estacionamento e era bom que se comesse a habituar as pessoas a andar de autocarro. E era de começarmos a pensar, que no Centro da Cidade, principalmente no Centro, só entrassem ou comessem a entrar os carros dos residentes.*

*Quanto aos muros do Canal de S. Roque, eu queria dizer ao meu amigo Virgílio que os muros que se estão a fazer são também de protecção para as crianças e para as pessoas. E quero-lhe dizer que noventa e nove virgula nove por cento dos barcos que estão estacionados não são de trabalho, mas são de recreio.*

*Entretanto gostava de fazer duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara que era o seguinte: nas primeiras Assembleias deste mandato, sugerimos à Câmara duas coisas; que era fazer-*

*se a homenagem aos cem anos da morte de Firmino Almeida Maia, foi-nos dito que isto estava preparado e que ia ser feito; já lá vão oito meses gostava de saber o que se passava. Também gostava de saber o que se passa com o principio deste ano começarmos a fazer a passagem de ano na rua. E já agora também gostava de perguntar, como está aí o Vereador do Pelouro das Obras, é que temos ali na zona da Granja, a rua Luís Regala, que está fechada ao meio por um terreno que há dez anos não tem havido vontade de se negociar. É um facto que o proprietário diz que negoceia, a Câmara anterior dizia que o proprietário não dava condições de negociar. Visto que o Sr. Presidente da Câmara é realmente e temos que levar aqui as suas qualidades negociadoras de terrenos, se conseguia quanto antes fazer esta negociação ou então correr com o proprietário. Portanto era só isto, Sr. Presidente.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente, Srs. Vogais. Apenas dois temas que pretendo abordar e ambos de uma forma sucinta. Eu registo com satisfação a incomodidade revelada pelo PP, hoje, relativa ao cartaz que ele próprio afixou nesta Cidade. Porque de facto, todos nós assistimos às intervenções do PP e felizmente e também confesso que conhecendo o carácter das pessoas, como eu conheço, ninguém foi capaz de defender a ideia última que se contém naquele cartaz. Porque meus Srs., associar a criação de oito novas autarquias, à criação de oito novos pontos de corrupção é, veja-se por onde se queira ver, associar a própria ideia de autarquias e de autarcas à corrupção. Quem assim pensa, uma de três, porque a quarta não é dada; ou sabe que aquilo que diz não é verdade e está de má fé; ou entende que o que diz é verdade, fá-lo convictamente e se o diz e se o faz, está contra a própria ideia a que imputa necessariamente a pecha da corrupção ou finalmente, julga os outros à sua imagem e semelhança. Qualquer uma destas asserções não honra quem as adopta e ao contrário traduzem uma indignidade inominável que aqui a bancada do Partido Socialista quer repudiar e denunciar.*

*Posto isto e até para alijarmos o ambiente, o Prof. Britaldo Rodrigues, teve há pouco uma intervenção; o Prof. Britaldo Rodrigues anda contente, anda feliz, ganhou a concelhia, já lhe endossei os parabéns, e veio aqui gracejar. E uma das piadas que hoje contou, é que o Prof. Marcelo é um referencial de coerência. De facto, eu apenas espero vê-lo, ao Prof. Britaldo uma vez que o seu mandato, ao que presumo estatutariamente será de dois anos, presumo que estará ainda em funções no Congresso do PSD, que se seguirá à derrota das legislativas em 99, vê-lo acenando e gritando, calma porque o homem é um referencial de coerência.”*

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

*“Bem desta vez não digo que vou ser breve, deixo a contabilização para os relógios da Mesa e do resto da Assembleia, mas começo a aborrecer-me com franqueza, falar menos tempo que o Sr. Diogo Machado e ele falou doze minutos.*

*De qualquer maneira, três questões relacionadas todas elas com intervenções anteriores; a primeira delas tem haver com o Côjo. Eu não posso deixar de subscrever grande parte do que disse o Sr. Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz, porque tive o cuidado de ir ver a obra no próprio dia em que ela foi inaugurada e de falar com as pessoas que ali arrendaram lojas, como outras que estavam por ali na envolvente, dentro dos bancos e por aí adiante e não apenas nesse dia como já posteriormente à própria inauguração; o registo que faço é de descontentamento geral. Geral, eu penso mesmo que apenas o dono da obra esteja contente com a obra que fez. Isto é, toda a gente, incluindo Aveiro, foram fortemente prejudicados por uma inauguração intempestiva, precoce, embora eu compreenda a delicadeza da posição das pessoas, face a uma inauguração que ultrapassa os próprios poderes públicos. Na realidade aquilo está perigoso, necessita de intervenção e na parte em*

*que compete à Câmara Municipal julgo que deve estar extremamente atenta; na parte que compete à EDP a mesma coisa; na parte que compete aos Serviços Municipalizados, porque também lá há problemas relacionados com os Serviços Municipalizados, a mesma coisa e por aí adiante.*

*Relativamente ao Còjo, ainda, eu faço lembrar uma coisa engraçada; aquele edifício que ali está, que é facto um grande motivo de orgulho para os Aveirenses, é extraordinariamente bonito na minha opinião e é qualquer coisa como ainda hoje me dizia uma cabeleireira, que faz criar a ideia de que se não está em Aveiro, que se está em qualquer coisa de muito bom, que nós nunca aqui tivemos. Aquele edifício que ali está, está lá por intervenção, (veio nos jornais, foram criticados) dos então vereadores do Partido Socialista na Câmara de Aveiro; eu lembro-lhes os nomes: Carlos Fragateiro, Nogueira de Lemos e Eduardo Feio. Está lá. Foi aprovado nesta Assembleia Municipal, que ingratamente não foi convidada para a dita cuja inauguração a que provavelmente os mais não iriam. Fomos nós aqui, nós tivemos aqui um engenheiro com a proposta anterior para aquele local, que bradava aos céus; um edifício horroroso, de alumínio, todo ele a dar de alguma forma com a envolvente que atirou a baixo a capitania. Não façamos nosso aquilo que não é, e a César o que é de César.*

*Duas outras pequenas questões, penso eu um pouco mais breves. Uma delas a dos subsídios ao desporto, ao desporto profissional no caso concreto e mais precisamente ao Beira Mar. Eu devo dizer, que não posso deixar de manifestar a minha opinião. E a minha opinião é tão mais franca como podem imaginar, até porque como mulher tenho muito pouco haver com desportos profissionais do tipo Futebol ou Basquete, que haveremos aqui por discutir ainda. Mas na realidade devo dizer, que apesar também (e espero não levar um monte de assobios), apesar de ser simpatizante do Futebol Clube do Porto, aqui como o nosso Presidente da Junta de Freguesia da Glória, não posso deixar de me vangloriar com a vitória que o Beira Mar teve sobre o Futebol Clube do Porto. Beira Mar que fez uma coisa que o Ajax não conseguiu fazer. É muito importante para a Cidade de Aveiro, não é só o turismo, é a alma, é a envolvente, é tudo isso, é como dizia o Dr. Carlos Candal há dias, é uma pechincha. É de apostar. Se Lisboa aposta como aposta nos clubes profissionais que tem, se o Porto aposta como aposta nos clubes profissionais que tem, porque diabo é que Aveiro há-de continuar a ter uma atitude menor em relação ao desporto profissional.*

*Finalmente, a questão levantada pelo Sr. Salavessa, relativamente ao Sr. Deputado Gaspar Albino e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S.ta Joana. Para dizer o seguinte: estava habituada, estou aqui quase há cinco anos ao lado do Sr. Salavessa, a ver da parte dele, atitudes muito serenas, de grande correcção, aliás muito apreciadas pela generalidade das pessoas. Não foi isso que vi hoje aqui. A não ser e então deveria ter dito mais, que saiba de alguma coisa, que não aquilo que aqui disse. Porque não há dúvida nenhuma que a lei existe, que a lei é susceptível de diversas interpretações; mas facto é que transparece das palavras dele, que não há nenhuma atitude de corrupção, nem similar, por parte de nenhum destes Srs. Deputados. Nestas circunstâncias e eu vou-me só permitir fazer um aparte: a intervenção do Sr. Salavessa e a ameaça de recurso a tribunais neste caso, só é merecida pelo PP e pelo PSD, na medida em que como se costuma dizer, quem com ferros mata com ferros morre. Porque como sabem, é do domínio público e já avisei o Sr. Presidente da Mesa, tive enquanto advogada mandato para o caso dos arguidos no caso dos votos de S. Jacinto (não me posso pronunciar mais sobre esta questão), mas não posso deixar de dizer, que me começa a proliferar demasiado a ideia de que os tribunais, são o sitio ideal para dirimir uma questão tão simples como isto: há ou não incompatibilidades. Se há incompatibilidades, fala-se francamente, abertamente, dirige-se à Presidência da Mesa, à frente das pessoas e pergunta-se e pede-se um parecer e vê-se a questão e estuda-se. Tribunais!... mas estas duas pessoas terão feito alguma coisa que mereça alguma uma atitude dessa natureza? (e aí agora subscrevo a intervenção do Sr. Diogo Machado) Se*



*fizeram, então vamos ver, porque se não fizeram, a intervenção do Sr. Salavessa, a ideia de ir para tribunais é extremamente grave e antidemocrática.”*

Vogal Nuno Tavares:

*“Sr. Presidente, Srs. Vogais. Ponto um, aqui a questão levantada pelo Sr. Salavessa e aqui glosada. Eu concordo inteiramente com aquilo que foi dito agora pela Dr. Virgínia Veiga; da gravidade que está imanente da ameaça de recurso a tribunal. Mas habituei-me e todos nos habituámos sempre a ver com especial simpatia e muito apreço e até muitas vezes respeito democrático, digamos, pelas exposições aqui assumidas sempre pelo Sr. Salavessa. Eu também já cheguei a uma idade, que embora não sendo tão prolecta como a do Sr. Presidente, me habituei já a avaliar e a ajuizar as pessoas não pelo partido, pela filiação, mas sim por elas próprias, pelo que elas são, pelo que elas mostram ser, pelo que elas nos demonstram ser. Portanto, penso que embora quaisquer insinuações, sejam sempre graves, de facto são capazes, as afirmações do Sr. Salavessa, de não conterem em si a gravidade que nós que estamos de fora vemos, embora lhe reconheça toda a legitimidade e todo o direito de as pessoas directamente visadas reagirem com muita firmeza e com uma recusa profunda, relativamente a qualquer atitude, a qualquer processo, a qualquer comportamento menos adequado.*

*Quanto ao cartaz do PP. Como sabem eu sou um anti-regionalista convicto, desde que se pensa em regionalização. Não há argumento nenhum, seriamente, apresentado por regionalistas, até de elevada craveira, que me façam sequer hesitar na adesão à ideia anti-regionalista para o nosso país. Aliás, não estamos aqui a separar a esquerda da direita nem coisa nenhuma. Portanto para dizer isto, se de facto todas as sondagens neste momento apontam para a vitória do NÃO (não me interessa aqui discutir se sim, se não), isto é como no futebol, neste momento não temos que andar a jogar ao ataque, temos que agarrar na bola e trocá-la e não passar do meio campo, até que o tempo passe, até que venha o referendo. Portanto acho que foi um ataque que feriu a sensibilidade de muitas pessoas, eu concordo inteiramente com isso, era escusado, foi uma falta escusada, foi uma falta em cima da linha da grande área.*

*A propósito do trocadilho entre fila e bicha. Eu acho que a fila é uma das palavras do léxico brasileiro que nós devíamos aproveitar ao contrário de outras. Só aqui este pormenor, eu anteontem parecia o meu dia de azar e já vou explicar porquê: começa logo de manhã, que ia como costume percorrer o meu quilómetro a pé para o serviço e à chegada, ali ao pé do Oita, ouço duas senhoras, como agora se usa na semântica actual, de classes socialmente favorecidas e uma despede-se da outra desta maneira “ó pois falamos, tá... Xau!”. Isto não é Português. Eu estive para dizer qualquer coisa às senhoras; minhas senhoras por amor de Deus... “ó pois falamos, tá... Xau”. Acabar com essa porcaria dessas telenovelas brasileiras, não há direito. Andamos a desaportuguesar gravemente o nosso País. Mas o meu dia era de pouca sorte, porque no regresso para casa; se há ida do viaduto contemplei aquele espectáculo “magnífico” do estado em que estava na véspera da inauguração o Fórum de Aveiro, relativamente ao qual, eu não tenho o entusiasmo do Sr. Presidente, pelo menos em matéria de volumetria, arquitectonicamente não sei, não faço ideia. Agora o que é facto, considero “indigno” ter-se processado ontem a inauguração de uma coisa que não podia ser inaugurada, aquilo é um monte de entulho que lá está. E eu quero ver se aquilo daqui a um mês está alindado e arranjado para usufruto e para gozo e para prazer de nós todos que ali estamos. Eu quero saber se é a empresa, se é o Grupo Holandês, responsável por essas tarefas que não são pequenas. Mas mais, devia pelo menos ter sido proibido nesses últimos dias o acesso à travessia daquela zona por peões. É o caminho eu sigo normalmente e aconteceu-me só o seguinte: como alguns sabem, eu fui operado à coluna fez ontem quinze dias e ia atravessar, e se não fosse um operário que largou uma coisa que*

*tinha na mão, eu tinha caído de costas no chão. Enterrei-me na lama até ao tornozelo, não há direito!*

*Quanto ao problema levantado pelo Prof. Britaldo Rodrigues e pela Dr.<sup>a</sup> Virgínia, quanto à relação financeira entre a Câmara e o desporto profissional em Aveiro. Eu já quando pertencia à Direcção do Beira Mar e é uma ideia que eu tenho amadurecido há longo do tempo, é que eu penso sinceramente, que as autarquias têm o dever de apoiar os Clubes as Instituições Desportivas, que ocupam a juventude da comunidade, da nossa comunidade na prática desportiva, não é para o desporto profissional. Isto é, sempre defendi esta tese, as Câmara devem apoiar seriamente os clubes, que têm desporto profissional, mas apenas nas fases de formação. É evidente que respondem assim: pois é, isso é tudo cantigas, porque o dinheiro vai para os Clubes e os Clubes que deviam apoiar a formação, de ir para as Escolas, para os Iniciados, para os Juvenis, para os Juniores e tal, mandam para o desporto profissional. Mas é que não era tão simples assim, é que a Câmara apoia, com muito ou com pouco, o que se entender adequado, e os técnicos das camadas jovens e todos os encargos das camadas jovens são pagos directamente na Câmara, não vai o dinheiro para o Clube, pois aí é que está. É que o dinheiro mal entra no Clube, gira logo para outro lado. Sempre defendi esta teoria. E quando estava na Direcção do Beira Mar, sempre afirmei este ponto de vista.*

*Ora bem, passo a um último ponto se me dão licença, este é escrito, porque era menos fácil de relatar assim rapidamente, que é o seguinte:*

*Trata-se de um problema relacionado com as obras de adaptação das piscinas municipais e respectiva adjudicação.*

*«Na sequência de deliberação nesse sentido, é enviado em 14 de Maio passado a várias empresas de construção civil (creio que sete), um convite circular para apresentação de proposta para a realização de empreitada de obras de adaptação do complexo das piscinas municipais», como sabemos tiveram que ser adaptadas para a realização do Campeonato do Mundo de Kayak Pólo, que graças a Deus correu em Aveiro e foi um ensejo para que a nossa Cidade e a nossa Região fossem faladas, citadas em todos os órgãos de comunicação social. Ora bem, a formula jurídica utilizada foi a prevista no número 2 do artigo 50 Decreto Lei 405/93, de 10 de Dezembro - concurso limitado, sem apresentação de candidaturas -. Constata-se no acto público de abertura das propostas, realizado no Salão Nobre dos Paços do Concelho, que nos termos do artigo 118 do referido Decreto Lei, perfilhado no ponto 17 do citado convite circular, definidor dos critérios de apreciação das propostas, que a empresa A (não vou designar qual), que é uma empresa da Região Aveiro, apresenta a proposta vencedora. Nesta medida face ao prazo apertado da execução da obra, 60 dias, a empresa A, cuidou de imediato de começar a preparar a mobilização de recursos humanos e de equipamento e a encomenda de materiais necessários a fim de com a requerida celeridade poder iniciar os trabalhos, tão breve quanto possível. Não obstante tudo isto e agora a gravidade da questão, desde cedo se ouviria dizer que a obra não seria adjudicada à empresa A legalmente vencedora, mas sim, a determinado empreiteiro B que por acaso nem sequer é aveirense. O certo é que, segundo creio, sem razão expressamente comunicada aos diversos interessados, a Câmara Municipal deliberou anular o concurso recorrendo ao ajuste directo mas, coisa para mim inusitada, o recurso ou ajuste directo verifica-se exactamente com o empreiteiro B (de fora de Aveiro), que segundo também consta não teria escondido desde o início que seria ele próprio a executar a obra. Tudo isto e apesar da idoneidade técnica da empresa A, vencedora, estar perfeitamente fora de causa, dada até a sua experiência nas tarefas em causa, por entre os seus técnicos haver quem tenha dirigido obras de execução de piscinas e de fundos em piscinas de 50 metros. sabe-se que nos limites dos quadros legais, a Câmara Municipal é soberana na escolha dos empreiteiros em concursos limitados ou por ajuste directo, mas então que o faça*

*abertamente, sem recurso a expediente que desvirtuam a verdade ou susceptíveis de desvirtuar a verdade e de atropelar a boa fé de terceiros legitimamente interessados. Há que, imperativamente, definir critérios de transparência e de absoluta clareza, a fim de tais situações não mais se repetirem. Quero afirmar, que acredito muito sinceramente, que este tipo de métodos, de processos e de comportamentos tinham sido definitivamente banidos mercê do resultado das últimas eleições autárquicas e de um espírito novo que julgava já bem imprimido na gestão municipal. E quero por outro lado acreditar, que a culpa, que não a responsabilidade política, não residirá nos autarcas, mas em hábitos de serviços camarários vindos do passado e merecedores ao longo dos anos dos reparos mais severos. Dada todavia a confirmarem-se como creio os factos relatados, solicito à Câmara Municipal que nos informe, quer sobre todo o sucedido quer sobre critérios definidores dos seus comportamentos neste domínio para futuro. Eu quero dizer que antes de falar neste assunto, tive a abertura natural e a amizade de falar com o Sr. Presidente da Câmara e com vários membros da maioria desta Assembleia, porque acho que é um problema delicado e que põe em causa alguma coisa. Muito obrigado Sr. Presidente.”*

Vogal António Vinagre:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Mesa diz V.Ex.a no final da convocatória desta Assembleia e passo a citar: «se porventura não for cumprida toda a ordem de trabalhos na reunião ora aprazada tenciono marcar a continuação da Sessão para as 21.00 horas do dia seguinte, 1 de Outubro, quinta-feira».*

*É óbvio, que a próxima reunião não fica obrigatoriamente marcada, no entanto, há semelhança do que tem acontecido em Sessões anteriores ela realiza-se no dia a seguir, o que leva os membros desta Assembleia a orientarem a sua vida no sentido de poderem estar presentes aquando da sua realização. E desmarcou a próxima reunião porque amanhã acontecerá um debate assaz interessante, sobre a regionalização e que alguns membros desta Assembleia estarão interessados em participar na dita cuja. Penso eu que todos os membros desta Assembleia estarão interessados em debater tal assunto, mas porque não fazê-lo nesta Assembleia. E lembro Sr. Presidente da Assembleia, que salvo erro na segunda reunião, disse nesta Câmara, que sempre que houvessem assunto de interesse nacional, poder-se-ia agendar uma Sessão Extraordinária para que esses mesmos se pudessem discutir com profundidade. Não aconteceu no referendo do aborto, nem vai acontecer com o próximo referendo sobre a regionalização; até porque seria interessante saber qual a opinião do Sr. Presidente da Câmara. Ao que eu sei e está escrito em livro publicado e da autoria do Sr. Presidente da Câmara de nome “Vento Litoral”, o Sr. Presidente defende um modelo diferente de regionalização do que nos é proposto pelo Partido Socialista e pelo PCP. Por convicção sou contra a regionalização, no entanto, a haver, tenho mais simpatia pelo modelo defendido pelo Sr. Presidente da Câmara, a saber, o eixo Aveiro/Viseu/Guarda. Como disse o Prof. Britaldo, se se fala de regionalização nesta Assembleia, então vamos até ao fundo, discuta-se sobre o tema aqui, ou será que o PS tem medo de o fazer nesta mesma sala, com os membros desta Assembleia.*

*Para terminar, só uma palavra final de solidariedade para a família do bombeiro Paulo Rangel que tragicamente faleceu neste Verão quente, ao serviço de todos nós. Já o fiz pessoalmente, faço-o agora em público. Também o muito obrigado para as duas corporações de bombeiros desta cidade que tão bem nos serviram neste Verão tragicamente marcado pelos inúmeros incêndios florestais. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Esse problema da solidariedade em relação ao bombeiro, já foi abordado oportunamente e colectivamente.*

*Quanto à maneira como aborda o problema do agendamento de matérias extra municipais nesta Assembleia, só não o reputo a sua intervenção de atrevidota, porque deve estar mal informado. Os temas passíveis de agendamento extraordinário foram submetidos a uma Conferência de Líderes informal e esse da regionalização era uma das hipóteses, o do aborto era outra das hipóteses e outras mais, o novo Aeroporto Nacional era outra das hipóteses. A Conferência de Líderes entendeu optar por dois temas: o Porto de Aveiro e a Laguna Aveirense.*

*Quanto ao pré-anúncio nas convocatórias, da data pensável para próximas reuniões foi a última vez que eu o fiz. E arrogar-me-ei o privilégio de agendar as Assembleias para quando muito bem entender, consultando quem eu achar que devo consultar.”*

Presidente da Câmara:

*“Muito obrigado. Eu vou procurar ser breve e responder a todas as questões. Dr. Nascimento, penso que foi o primeiro a intervir e sobre o tema do salgado; eu acho que o Sr. Dr. Nascimento esteve pouco atento, durante o período das férias, porque de facto a Câmara anunciou e anunciou na Expo e depois tornou a aprovar em reunião de Câmara, justamente, a abertura de um concurso para seleccionar um gabinete de economistas, que nos faça o ponto da situação, que elaborem um plano que salvasse o ‘Salgado Aveirense’. Fazer o ponto da situação, ver quais são realmente os custos de exploração, o que é que há a fazer em termos de marketing de promoção do Sal de Aveiro, o que é que há a fazer em termos de formação profissional, o que é que há a fazer em termos de obra no terreno para salvar as marinhas que estão em laboração. Portanto, vamos encomendar esse estudo a uma empresa, para passarmos das palavras aos actos, sabermos quanto custa a salvaguarda do Salgado Aveirense e como é que a vamos fazer. Tenho todo o gosto em afirmar que é uma das áreas em que o intercâmbio com Guerand (Arcachon), lança de facto e traz algumas pistas muito interessantes porque há similitudes evidentes entre as duas regiões. E o trabalho que eles lá desenvolveram, digamos que vai avançar no sentido de que também passaram pelo crise que estamos a passar e através de algumas iniciativas deste tipo, maior eficiência administrativa, maior agressividade comercial, apoios estatais e uma cooperativa dinâmica, conseguiram de facto dar a volta e estão a sair-se muito bem. Pela nossa parte o que também ficou aprovado é que a Câmara decidiu concluir a Marinha da Troncalhada que de facto começou, mas não teve consequência, portanto é um projecto que está meio começado e portanto não serve como marinha modelar e como marinha pedagógica, não está a servir como tal; vamos concluir isso. Vamos agir mais globalmente disponibilizando sempre que houver uma rotura nos muros das marinhas, a Câmara disponibilizará máquinas suas e aterros seus para acudir a essas emergências, coisa que nunca foi feita e acho que é importante. Bom... não posso partilhar da sua ideia de instalar os teleféricos em cima das marinhas, penso que vamos conseguir outro tipo de soluções.*

*Em relação à intervenção do Sr. Engenheiro Maia, gostava de dizer também que, os estudos para a reparação e a reformulação do sistema de eclusas nos canais, em especial ao longo do IP 5, estão a ser feitos. As propostas devem ser entregues para a semana, infelizmente se os tempos tivessem sido um bocadinho mais cedo, para ver se conseguíamos ter obra feita antes do inverno, não vai ser possível, mas vamos poder seleccionar as empresas e ter a obra rapidamente em execução. A propósito disto não foi referido mas eu também e estava à espera que fosse um dos temas no período de antes da ordem do dia, toda a gente se apercebeu que a Força Vouga, tornou de novo a inundar e de facto o sistema esta todo ligado. Nós vamos também intervir rapidamente nessa secção de vazante da ribeira que vem de Vilar e passa por baixo do caminho de ferro, que foi verificada, está desobstruída, mas*

*não tem de facto capacidade de dar vazão, implica um contacto e um acordo com a CP, mas tivemos pouca sorte, porque tínhamos a abertura das propostas será feita no dia nove de Outubro, não podíamos prever, ninguém podia prever, que a primeira chuva de 28 de Setembro traria aquela consequência. Infelizmente trouxe e veio mostrar que mesmo sem ter chovido há quinze dias, como aconteceu no ano passado, que de facto a secção de vazante, ali é manifestamente insuficiente para a quantidade de água que agora é descarregada para aquela ribeira. Portanto são obras urgentes, que nós vamos adjudicar o mais rapidamente possível. a Protecção Civil está a intervir, felizmente desta vez a água não entrou na garagem dos particulares, mas tornou a inundar as futuras instalações das finanças. Bom, mas portanto temos o estudo hidráulico de toda essa área que vai da ribeira de Vilar, passando pelo futuro Lago, até ao Canal do Côjo e ao Canal Central, rematando depois com as eclusas no IP 5. Com a reparação da eclusa central que também está avariada, pensamos que este ano ou ao longo dos próximos meses, todo o sistema ficará devidamente fechado e o risco de grandes inundações em Aveiro, também estou convencido, ficará atenuado.*

*Bom, quanto aos saldos da Expo, estamos atentos, não sabemos exactamente quais são os pavilhões que estão em saldo. Vejo com muita simpatia a possibilidade de trazer a fragata para Aveiro, pelo menos durante longas estadias, porque sei já que a Armada não a dispensa, mas deve ser possível nela aqui ancorada durante longos períodos para efeitos turísticos e de atracção das pessoas e efeitos pedagógicos e portanto essa ideia será certamente acompanhada.*

*O Sr. Prof. Britaldo Rodrigues falou também sobre a relação da Câmara com o desporto e do aumento do subsídio para o Beira Mar. Eu confesso que não mandei fazer nenhum estudo económico, no momento em que tomamos a decisão de propor um aumento de dois mil contos ao Beira Mar. O Beira Mar subiu de divisão, tinha um subsídio de seis mil contos enquanto esteve na segunda divisão, eles pediram-nos um aumento de subsídio dessa ordem, pareceu-nos que era razoável não negar isso ao Beira Mar, no momento em que estavam a subir de divisão, é uma forma de contribuímos para o orçamento do Beira Mar. Se calhar temos de repensar todo o relacionamento da autarquia com os subsídios que dá, eu não tenho uma perspectiva, tão controladora das contas dos clubes, como aquela que me parece implicar esse tipo de análise mais rigorosa que está a sugerir, o que implica de facto estar a par de tudo; vencimentos dos jogadores, etc., esse tipo de estudo ou se leva às últimas consequências e então eu tenho que saber se os oito mil contos representam ou não algo de absolutamente decisivo para o Beira Mar ou não e confiamos também nas equipas que estão à frente dos clubes, é uma decisão política é evidente, com pouco rigor contabilístico, é uma decisão política aumentar o subsídio ao Beira Mar, porque subiu de divisão, acho que é justo e que não será muito contestada.*

*Depois a Faculdade de Medicina, como sabe fizeram-se algumas reuniões desse grupo de trabalho e entretanto as coisas evoluíram, apareceu publicado em Diário da República que uma das faculdades iria para o interior. A Universidade de Aveiro que é a entidade sem a qual de facto este processo não pode avançar, tem vindo a canalizar esta dinâmica de reconverter a Escola de Enfermagem, numa Escola Superior de Saúde e é nesse sentido que as coisas têm vindo a ser organizadas. De facto depois das férias, tenho que reconhecer, ainda não tornou a haver uma outra reunião deste grupo de trabalho e lembra bem, está na altura se a Universidade entretanto não se antecipar de a Câmara perguntar pelo assunto.*

*O Solar do Conselheiro Queirós, recordam-me agora e devia ter começado por ele porque de facto foi a primeira intervenção. Eu também segui a polémica que apareceu na imprensa nos últimos dias sobre o nascimento de Eça de Queirós. Eça de Queirós tem de facto fortes ligações a Aveiro, o Avô está sepultado no cemitério de Verdemilho, a casa todos a conhecemos, a placa está lá há tempo demais a dizer que a casa vai ser recuperada. Nós se*

*bem se recordam no plano de actividades, na revisão do plano de actividades, retirámos a verba que estaria prevista para a recuperação da casa e retirámos porquê? Não por não nos interessarmos obviamente por este assunto, mas porque na altura tínhamos a informação que a Universidade estaria interessada e estaria a encetar diligências para adquirir a casa, recuperá-la e transformá-la num centro de apoio ou de residência mesmo de professores. Faria todo o sentido, está próximo do Campus Universitário, ligada à cultura, tem um departamento de línguas; bom sendo assim, excelente. Uma Universidade credível ia recuperá-la a Câmara desinteressou-se. Entretanto sabemos agora que não, que as ideias da Universidade mudaram e que este ano, pelo menos e tanto quanto sei para o ano também não vão fazê-lo. Sendo assim, posso comprometer-me aqui que no próximo plano de actividades inscrevemos verba para recuperar a casa e resolver um problema que se arrasta ali há tempo excessivo. É essa a explicação de aquilo estar ali de facto há tempo excessivo. Quanto à Quinta da Condessa, eu peço desculpa Dr. Rogério Madaíl, mas também fazia apelo à sua memória, porque nós trouxemos a aquisição da Quinta da Condessa aqui à Assembleia Municipal no Plano de Actividades, está lá prevista com a verba anunciada, salvo erro e foi nessas condições que nos permitiu rapidamente fechar o negócio que é muito bom para este Município. Trata-se de adquirir um terreno com duzentos mil metros quadrados, é uma quinta enormíssima, que nos vai permitir fazer várias coisas, desde ter uma fatiazinha para habitação social, até transformar a Quinta num centro pedagógico, onde todas as nossas escolas e as escolas de todo o País, possam ir ver como é que são as galinhas, as vaquinhas, as videiras, as adegas, os arados, porque a ideia é termos uma quinta a funcionar em pleno, com outro tipo de valências, porque de facto a Quinta é grande, está em ruínas evidente há muito dinheiro para gastar lá na sua recuperação e é um espaço além disso que é maravilhoso para recepções que a Câmara tenha que organizar num espaço mais amplo. Permite também transferir para lá o Horto Municipal; andávamos à procura de terrenos com aptidão agrícola aqui no Centro da Cidade, temos o problema resolvido e, portanto, por este preço de cerca de 500\$00 o metro quadrado, nós com uma só compra e sem muito dinheiro, entramos na posse de um património que nos vai permitir desenvolver múltiplas valências de muito interesse pedagógico, penso eu, no futuro. Quanto ao Canal de S. Roque, felizmente todos temos ideias muito próprias acerca de tudo e no Canal de S. Roque e no Beira Mar, qualquer obra que se faz, como imaginam, há um espírito de bairro muito acentuado, qualquer intervenção é acompanhada de muito perto e há sempre muitas opiniões acerca disso. Nós quando o projecto começou a ser feito, quando os muros começaram a ser feitos, eu fui lá ver a obra com o Vereador Eduardo Feio e havia enormes queixas das pessoas que lá estavam, porque de facto o muro estava muito alto e as pessoas na maré vazia, as pessoas de mais idade já não conseguiam aceder aos barcos. Achamos justa a observação e, portanto, mandamos suspender as obras ali naquela zona para se repensar o projecto e até se chegou a dar a instrução a certa altura para cortar e baixar para trinta centímetros. Entretanto passado duas semanas, fui à Festa de N.º Sr.ª das Febres e outros moradores do Canal de S. Roque, dizem-me assim: Sr. Presidente, mas então aquela altura é que estava boa, nós até nos sentávamos ali ao solzinho, agora está muito baixo, aquilo agora já não vai dar, as nossas costas já não aguentam. Resumindo e concluindo, de facto o projecto vai ser estudado, porque se calhar têm ambos razão e deve ser possível encontrar uma solução intermédia que deixe umas aberturas, com umas escadinhas, para que e se calhar com trapiche de qualidade, onde quem tem barcos possa ter acesso através de trapiche com qualidade em toda a extensão do Canal e que salguarde todos os outros interesses. Mas portanto foi um projecto que eu penso que poderia ter sido melhor amadurecido porque utilizaram a medida standard que estavam a utilizar noutros canais, aquele canal é menos largo, tem barcos para uso artesanal e uso turístico, foi um projecto que está com algumas dificuldades para se adaptar à realidade.*

*A zona da Lota. Como sabem é um projecto que está na forja há muitos anos, há um protocolo celebrado entre a Universidade, a Câmara Municipal de Aveiro e a JAPA. Neste momento a informação que tenho é que decorre o concurso de selecção da equipa projectista que vai elaborar o plano para toda aquela zona. E portanto, infelizmente, não é para amanhã, ainda vamos ter ali um ano, dois anos, até que a obra de requalificação daquele espaço seja real e é um espaço que nós antevemos será muito importante na nova cidade que estamos a construir, porque vai permitir que desde essa zona até à Fábrica Campos e para lá dela, tenhamos ao longo do Canal uma cidade muito interessante.*

*O Diogo Machado, fez algumas observações sobre o Plano de Pormenor e o que eu disse do Plano de Pormenor, foi de facto que achava que a cidade não devia ficar escrava de planos de pormenor, mas também não disse que não ia erradicar completamente esses planos. E portanto o compromisso de tentar ter um Plano de Pormenor do Centro, pronto na altura própria, mantêm-se, julgamos que é uma área sensível, em que não obstante haver edifícios que são estruturantes, é de toda a conveniência que haja um plano de pormenor de muita qualidade.*

*Quanto à inauguração do Fórum. Também não quero fugir a essa questão, nós apercebemo-nos que não poderia haver uma inauguração no sentido de que o Fórum iria abrir oficialmente, porque as licenças não existiam todas. E seriamente, eu tentei encontrar uma solução pragmática de algum pragmatismo, que por um lado evitasse adiar a cerimónia que estava toda montada, preparada, convites feitos, etc. E por outro lado conciliasse os interesses e as obrigações e a necessidade de se respeitar as obrigações legais. Portanto o que existiu ontem e eu fui muito claro nisso, com os responsáveis do projecto, não foi a abertura do Centro, foi uma cerimónia de apresentação do Centro aos convidados e as lojas irão abrindo à medida que tiverem as licenças passadas. Neste momento, há meia dúzia delas, talvez já com todas as licenças passadas. Em todo o caso, obviamente mesmo para a cerimónia foi feita uma vistoria pelos Bombeiros, pela CCRC e pela Protecção Civil e as questões da segurança estão a ser vistas (e Direcção Geral de Saúde, também) e portanto os interesses essenciais, estão acautelados. É claro que há muito para lá fazer ainda em termos de limpeza e arrumados finais e eu compreendo também que houve incómodos causados nesses últimos dias. Mas portanto a opção foi essa, o esforço da organização de trabalho e do cumprimento de metas que fizeram, foi notável, assistiu-se ali a um trabalho de engenharia fantástico nos últimos dias e que agora vai prosseguir até que a obra acabe.*

*Quanto à intervenção do Sr. Dr. Nuno Tavares. De facto teve a amabilidade de me dizer ali à entrada de que ia falar nisto e eu fiz um esforço par me recordar deste processo de adjudicação. O que se passou foi o seguinte, nós como justamente lembrou, inicialmente seleccionamos sete empresas, para aquela obra, estávamos a falar nas obras a efectuar nas piscinas, talvez a dois meses antes do inicio do campeonato e já com os prazos de facto muito apertados. Acontece que ao ler o caderno de encargos, na Sessão de Câmara, em que esse concurso, ia ser decidido, eu apercebi-me que o elemento fundamental, que me tinha levado a abrir o concurso para as obras nas Piscinas e a trazer par cá o Campeonato, não constava. Qual era? Era que a Piscina tinha que ter as medidas oficiais, tinha um lapso técnico, ou seja, não constava os dois metros de profundidade, a distância de largura também não estava correcta, bom e eu pensei, que diabo eu não vou depois do que passei para ter cá o Campeonato do Mundo, abrir este concurso para me fazerem uma obra que não é aquela que nós queremos que fique, porque senão isto perde todo o sentido e o campeonato não se faz. Portanto, anulou-se o concurso, como não podia deixar de ser.*

*Acontece que na segunda fase, com um prazo ainda mais curto para a feitura das obras, teve que se ir, naturalmente, pelo ajuste directo e eu aí não tive intervenção, ou seja, aí seguimos os pareceres dos técnicos que nos disseram: a única empresa ( sem desprimor para as outras e não foram aqui referidos nomes), que está em condições técnicas, que tem estofo,*

*que tem pessoal, que tem material, que tem equipamento e que nos dá garantias absolutas de fazer esta obra no prazo, é a empresa X. E portanto foi com base num critério de qualidade da empresa e de garantia do cumprimento dos prazos, que se procedeu ao ajuste directo, nessas condições. É a única coisa que lhe posso dizer e garanto-lhe, estão aqui os outros vereadores que estiveram na reunião de Câmara, que foi esse o único critério que presidiu ao ajuste directo. De resto os boatos que citou, são boatos, admito que boatos postos a circular à posteriori por alguém que perdeu uma empreitada que em principio ia para ele de facto, porque tinha ganho na primeira volta, mas que não tem o menor fundamento. Ninguém naquela Câmara, antes de tomarmos a decisão, sabia quem é que ia ganhar o ajuste directo.”*

Vogal Nuno Tavares:

*“Eu não ponho de maneira nenhuma em causa a lisura dos membros da Câmara Municipal, de maneira nenhuma. O que eu quis frisar bem, é que na conversão do processo de concurso limitado em ajuste directo para ajuste directo, forçosamente teria de ser ouvido, entendo eu, eu faria assim, a empresa vencedora do concurso. Se os funcionários camarários, agora à posteriori, afirmaram isso, aí eu penso que deverão ter que o provar, sob pena de haver uma infracção disciplinar grave. Porque fizeram incorrer a Câmara no risco de haver sobre ela juízos menos correctos. Eu não admitiria isso. Não posso admitir isso. Até porque Sr. Presidente e meu querido amigo, não tenha dúvida que, com as reservas naturais, eu posso afirmar, que esta empresa tem toda a idoneidade técnica, pela pessoa que está à frente dela, foi administrador da Somague por exemplo, durante anos e anos. E se veio para Aveiro, foi porque ao longo de dezenas de anos, andou fora de Aveiro com a família cá em Aveiro e finalmente resolveu vir para Aveiro, estabelecer-se em Aveiro e constituir uma empresa de construção civil de grande idoneidade técnica, de grande idoneidade moral. E portanto, acho que o problema é grave e penso que é nessa medida que as minhas suposições apontavam. As minhas suposições incidiam sobre hábitos antigos, radicados no funcionamento de alguns serviços e que nós aqui ao longo de anos ouvíamos e apontávamos e que é bom que finalmente esta equipa em que todos confiávamos ou que muitos confiámos, apesar de não ser aquela Câmara em que eu votei, acreditámos que era capaz de pôr tudo isto a funcionar transparentemente.”*

Presidente da Câmara:

*“Eu não sei se ficou satisfeito com a explicação, de facto foi só essa. Eu só queria frisar o seguinte, a empresa que ficou em primeiro lugar, os critérios que estiveram subjacentes na primeira selecção, não funcionavam necessariamente para a segunda, porque aí nós tínhamos que privilegiar, por muita idoneidade técnica que tenha a pessoa que está à frente dessa empresa, há outros factores que eu não conheço, mas que os técnicos conhecem, que tem haver com equipamento disponível, o tipo de trabalho que está em causa e com a capacidade para cumprir num prazo que não podia falhar. E estávamos a falar de um Campeonato de Mundo. Tanto quanto sei a empresa nem sequer é de cá de Aveiro, a que foi escolhida e, portanto, penso que tudo se passou apenas coma preocupação de ter obra feita e mais nada, neste caso e com franqueza.*

*Bem em relação à falta de instalações da Escola Homem Cristo, eu quando visitei a escola, foi uma das coisas que prometi e continuo empenhado em retirar dali quanto antes o departamento de planeamento da Câmara, que acho que não é bom nem para a escola nem para o planeamento. Portanto ainda não houve essa possibilidade, vamos ver. Estávamos com a esperança que a situação evoluiu-se, se as finanças saíssem dali rapidamente, vamos a ver se nas próximas semanas nos trazem notícias. Em relação ao piso da José Estevão, deve estar a referir-se a um piso onde eu já esfolei os joelhos várias vezes, porque ainda é*



*original. É claro que não é da nossa competência, mas às vezes de facto a Autarquia e como parceiro responsável e empenhado, temos uma enorme tentação em poder resolver alguns problemas de escolas. Estou-me a lembrar do arranjo de jardins e, portanto, é uma questão que podemos pensar e em colaboração com a Direcção Regional de Educação Escolar, para ver se os espicaçamos nesse sentido. Mas não é da nossa competência*

*O estacionamento do ISCAA, tenho muita pena, mas o terreno fronteiro que está a falar é do ISCAA e, portanto, é onde se prevê que venha a ser a extensão do ISCAA. Pode-se terraplenar, mas depois o Director do ISCAA não vai gostar, porque vai querer é ver as máquinas a cavarem.”*

Vogal António Vinagre:

*“Sr. Presidente, eu e mais os presentes queríamos saber se o Sr. Presidente mantém a sua simpatia pelo eixo central Aveiro/Viseu/Guarda, como está escrito no seu livro ‘Vento Litoral’.”*

Presidente da Câmara:

*“Eu acho que hoje não é o debate sobre regionalização, eu não me quero furtar ao debate, já disse que estaria disponível sobre um debate sobre regionalização. Aquilo que leu, penso que não leu com toda a correcção. Eu na altura não disse que era contra a regionalização, já era a favor. É verdade que na altura eu escrevi que sentia simpatia pelo eixo Aveiro/Viseu/Guarda, muito longe andava ainda o debate sobre regionalização e ainda não existia mapa. Eu terei muito gosto em explicar porque é que na altura escrevi o que escrevi e porque é que hoje defendo o que defendo. É que entretanto apareceu uma novidade e que só essa seria suficiente, é que a Guarda não quer. A Guarda não quer fazer parte desta região Aveiro /Viseu/Guarda. Eu escrevi esse texto na altura em que ainda ninguém discutia regionalização e escrevi que em termos de modelo teórico essa era uma solução possível e há muita gente a defende-la, inclusive no PS. É um modelo de organização do espaço tão válido como o outro, mas a verdade é que a política não pode ser só baseada em modelos teóricos e ideais, tem de ter em conta realidades e a realidade implica que esse modelo teoricamente poderia ser bom, realmente não presta porque a Guarda recusa-se a aceitá-lo.”*

Vogal João Barbosa:

*“Sr. Presidente da Câmara, fiquei muito satisfeito de saber que o Sr. Presidente da Câmara foi duas vezes ao Canal de S. Roque, que faz parte da Junta de Freguesia da Vera Cruz, fiquei muito satisfeito por saber aqui. E já agora Sr. Presidente da Câmara, só é acompanhado pelo Presidente da Junta se quiser, já o disse aqui uma vez. Não é obrigado. Mas não lhe ficava mal se depois se me dissesse que lá foi. Porque agora o que é facto para mim e que não é agradável, é que eu já sabia que o Sr. Presidente já lá tinha ido, porque as pessoas com quem o Sr. Presidente falou já me tinham dito, ao mesmo tempo que me tinham dito que o Sr. Presidente da Câmara tinha decidido baixar os muros, ... tudo bem.”*

Vogal Diogo Machado:

*“Eu queria comunicar ao Sr. Presidente, que com ou sem debate de regionalização, amanhã e dado o andamento dos trabalhos estar a ser profícuo como está, a bancada do Partido Popular não estará presente na reunião de terça feira se o Sr. Presidente insistir em convocá-la, uma vez que já tínhamos de acordo com a sua convocatória, agendado para essa data uma reunião da própria bancada, numa freguesia do nosso Concelho.”*

Presidente da Câmara:

*“Só para concluir. A passagem de ano ao ar livre, eu só prometi para o ano 2000, mas este ano podemos ir ensaiando, mas o Lago ainda não está pronto este ano é só para o ano.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Obrigado Sr. Presidente. Não ficaria bem comigo mesmo se não usasse de palavra agora, para acerca dos louvores que foram que foram feitos ao Aveiro Fórum, lembrar aqui o papel determinante nesta Assembleia Municipal, dos membros da bancada do PSD, que juntamente com os membros do PS e do PP, todos em conjunto, e lembro que foi uma decisão da Assembleia Municipal, penso que não foi por unanimidade, mas foi por uma grande maioria, todos nós fomos protagonistas do aparecimento do Aveiro Fórum e daquele concurso público que se realizou. Mas eu queria lembrar aqui, a fundamentação técnica que na altura foi feita, pelos membros da bancada do PSD, porque só na bancada do PSD, é que havia elementos que pudessem dar essa fundamentação técnica. E gostaria aqui de realçar os nomes do Prof. Rosa Pires e do Eng. Cruz Tavares, que foram determinantes para que o Aveiro Fórum fosse hoje aquilo que é. Para além do Dr. Victor Mangerão, com a sua acuidade política. Era isto que queria dizer, muito obrigado Sr. Presidente.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sobre a questão da regionalização que foi aqui invocada várias vezes no decorrer deste debate, eu acho que um esforço de memória às vezes é recomendado. Nós não podemos esquecer que quisemos debater regionalização, que a Assembleia da República, nos pediu que discutíssemos regionalização e que déssemos o nosso parecer à assembleia da República e que os votos conjugados do PP e do PSD, remeteram esse parecer para depois do referendo. Portanto, essa foi a deliberação conjunta tomada em conjunto pelo PP e pelo PSD, o referendo ainda não foi, cá estaremos então para a seguir ao referendo, de acordo com a deliberação anterior, discutir a regionalização para dar o parecer que então já não conta. Primeira questão.*

*Segunda questão, é preciso quando se discute a questão da regionalização, não esquecer a regionalização de facto que existe nas CCR e que não estamos a partir do nada, estamos a partir de uma regionalização de facto que foi implementada ao longo dos anos pelo PSD e que interfere na vida dos municípios e que ninguém elege e que não presta contas perante ninguém.*

*Por último, já que o Prof. Britaldo Rodrigues falou de um favor ao PCP, em relação à criação em termos de mapa, da região Alentejo, eu queria baseado no relatório da Assembleia da República, referente a esse período de discussão pública, informar-lhe ou dizer-lhe o seguinte, que talvez não tenha conhecimento: das quarenta e três Assembleias Municipais que constituem os três distritos do Alentejo, trinta e oito pronunciaram-se, deram parecer, só cinco se recusaram a isso. Trinta e uma das trinta e oito que se pronunciaram, pronunciaram-se pelo Alentejo como ele está hoje configurado e só três pela separação Baixo Alentejo/Alto Alentejo. Mesmo no Distrito de Beja, que era aquele onde se aplicaria o Baixo Alentejo, dez Assembleias Municipais pronunciaram-se pelo Alentejo Unido, três pelo Baixo Alentejo e uma não se pronunciou. Quer dizer, o mapa que reconhece a vontade expressa da esmagadora maioria das Assembleias Municipais não é o mapa de favor ao PCP. Mais, digo-lho com toda a franqueza. Se o interesse fosse estritamente eleitoral do PCP, para ter maioria em qualquer região, era Beja. É evidente que as posições do PCP, pelos resultados habituais, se se junta Portalegre e Évora, são menos fortes do que aquela em que seria por exemplo só a Região do Baixo Alentejo. Façam-nos essa justiça.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Não vou demorar muito tempo, é só para ficar claro no que diz respeito à discussão sobre a regionalização, para lembrar as pessoas, talvez aquelas que não estejam informadas, que de facto, houve uma reunião convocada pelo Sr. Presidente, com os Líderes das Bancadas, no sentido de discutir alguns assuntos que interessassem para a Região de Aveiro, que pudessem até levar a um reforço da posição de Aveiro, porque são assuntos que seriam aqui debatidos e eventualmente considerados por todos partidos como úteis e, portanto, situações que conduzissem a debate de interesse e de arranjar uma forma de união para assuntos relativos a Aveiro. E aí o Porto de Aveiro e apareceu a Ria de Aveiro também. E também se discutiu o aspecto da regionalização. Eu lembro-me que daquilo que eu disse: é que para ir encontrar assuntos que possam ser de interesse comum e que até possa existir entre todos os partidos uma opinião comum, a regionalização para esse fim não era o mais conveniente, obviamente, assim como outros assuntos. Este assunto agora é indiferente, é que depois de termos tido essa discussão, o Dr. Raúl Martins vem aqui dizer que é muito importante discutir o assunto. E se isso se diz para nessa perspectiva, eu concordo que se discuta o assunto e que é importante debater.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente se me permite e depois o Sr. Presidente porá o ponto final no assunto, como aliás será sua função fazê-lo; que é o seguinte: apenas para constatar nesta Assembleia que no dia trinta de Setembro de mil novecentos e noventa e oito, que pela segunda vez, em duas intervenções creio, em três, é uma percentagem de concretização fabulosa. O Sr. Deputado do Partido Comunista Português tornou a ser infeliz. Porque como o Sr. Presidente e esta Assembleia poderá constatar facilmente, esta bancada, não emitiu por aceitar que não era esta, nem a altura nem o momento indicado para discutir este assunto, não emitiu opinião de facto sobre o tema. E o Sr. Deputado do Partido Comunista Português mais uma vez incorrectamente, quero dizer e ressaltar para que fique em acta, traz à colação a bancada do Partido Popular nesta Assembleia, não esta bancada, a bancada da Assembleia anterior, que realmente nada tem haver com isto agora. A situação é completamente diferente, para que fique em acta o protesto do Partido Popular. Muito obrigado Sr. Presidente.”*

Presidente da Mesa:

*“Vamos iniciar uma segunda ‘rodada’, que começa com a apresentação de uma moção pelo Sr. António Salavessa. Que tem uma letra muito bonita, mas realmente de leitura insuportável. Peço-lhe que, como além da letra tem uma bela voz, faça a apresentação destes gatafunhos. Esta moção foi admitida pela Mesa.”*

Vogal António Salavessa:

*“ Às vezes também tenho dificuldade em os perceber, mas penso que não é o caso.*

**PROPOSTA DE MOÇÃO:**

*A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida a 30-09-98, perante as ameaças que continuam a existir sobre a linha do Vouga, nomeadamente com o encerramento de troços desta linha ferroviária delibera:*

*Primeiro - Solicitar à CP e ao Governo, através do Ministério do Equipamento, para que abandonem os projectos de encerramento da linha do Vouga.*

*Segundo - Recomendar a estas Entidades o empenhamento em conjunto com as Autarquias, para a valorização da linha do Vouga como percurso interurbano e de interesse turístico.”*

Presidente da Mesa:

*“Aqui está um outro tema em que as pessoas têm evoluído. Quando o jornalista Daniel Rodrigues era o grande campeão do ‘Vouguinha’ eu não dava muito por isso. Mudei de ponto de vista. Acho que o Vouga passou a ser importante. E quando esteve aqui o grupo parlamentar Socialista Europeu, só por dificuldade de agenda é que não houve uma visita dos membros da Comissão de Transporte e Comunicações e Ambiente, à linha do Vouga. Mas está pensado, com o apoio da Câmara, que se possa fazer uma reunião selectiva sobre isso. Actualmente sou muito a favor do metropolitano de superfície, por razões de serventia das populações, por razões ambientais, por razões estéticas e por razões naturais e por que podemos obter da Europa um subsídio razoável para isso. Se o Porto tem direito a metropolitano de superfície, Aveiro «nos quoque gens sumus et sene cavalgare sabemos» e, portanto, é um tema importante e a Câmara está atenta a isso. Quanto a esta moção, eu solicitava ao Sr. Deputado António Salavessa que... isto é uma moção com cadência e filosofia pressuposto de requerimento parlamentar nacional, isto é, pede-se à Presidência da Assembleia que indague ou contacte. Não é vocação de uma Assembleia Municipal dirigir-se ao Ministro ou Secretário de Estado, ou fazer ver que. Não é totalmente impossível, já o temos feito, mas talvez perca força. Eu pedia-lhe que torna-se isto de algum modo numa recomendação à Câmara e eu subscrevo a moção com esse timbre, uma recomendação Câmara de que com esta temática e outras, diligencie no sentido de repor o projecto do ‘Vouguinha’ numa formulação moderna e podemos fazer um anexo ou uma ‘task force’ nesse sentido aqui mesmo nesta Assembleia. Pedia-lhe, se achar normal e natural, acho mais eficaz.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está nas competências da Assembleia pronunciar-se sobre assuntos de interesse do município, como competência própria, mas não vejo nenhuma razão para não aceitar essa sua proposta de recomendação. Portanto, que seja através da Câmara Municipal que sejam feitas as diligências que correspondam à manifestação da vontade da maioria da Assembleia, se for esse o caso.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“ Sr. Presidente, pela terceira vez nesta Assembleia vou ter que intervir a propósito de uma intervenção do Sr. Deputado do Partido Comunista Português e é o seguinte: Começamos nós da bancada do Partido Popular, a ficar cansados das tentativas fáceis de brilharetes políticos em cima de assuntos de relevante importância para o nosso município. Aquilo que esta bancada defende (e já começamos a recolher material) é o agendamento desse assunto, que é de vital importância para o desenvolvimento do concelho, como o Sr. Deputado do Partido Comunista sabe e todos nós sabemos, inclusivamente como o Sr. Presidente da Câmara sabe, e já tenho em minha posse o estudo de viabilidade técnica e financeira da implantação da rede de metropolitano ligeiro de superfície moderno para a região de Aveiro. Esta, creio eu, é apostura séria para debater este assunto. Sem brilharetes políticos será muito mais consensual discutir nesta Assembleia este tema de tão grande relevância para o nosso município. Portanto, desde já declaramos a nossa não adesão a uma moção dessas, porque tão só a podemos qualificar como um brilharete político.”*

Presidente da Mesa:

*“Se achassem bem, sem direitos nem vanglória de autoria, ficávamos com a ideia que há nesta câmara parlamentar muitas pessoas preocupadas e interessadas no futuro e na viabilização de uma linha que coincida mais ou menos com a linha do Vouga.”*

Vogal António Salavessa:

*“Eu tenho algum receio de que esta fuga para o lado de parte do representante do CDS/PP, tenha a ver com algumas preocupações de solidariedade não com esta Assembleia e com as suas preocupações, mas com a posição repetidamente assumida pelo Presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha, que é sabido eleito do CDS/PP e que tem manifestado a sua opinião favorável ao encerramento da linha. Portanto, acho que seria interessante confrontar o CDS/PP de Aveiro com essa posição e tomar uma posição clara a esse respeito.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Uma coisa é certa, vícios antigos tarde ou nunca se perdem. E aquilo que a bancada do partido CDS/PP estava neste preciso momento a fazer era, Sr. Presidente da Mesa, não uma defesa dos interesses de um qualquer autarca, de um qualquer concelho limítrofe. Era sim senhor, respeitar as até agora posições do autarca-mor da nossa cidade, nomeadamente o Dr. Alberto Souto Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que em declarações públicas mais que uma vez garantiu não ser ainda essa uma das prioridades do Executivo. Portanto, quando se diz nesta Assembleia, tentando fazer um brilharete fácil, que nós bancada, estamos a proteger posições de encerramento da linha do vale do Vouga, do autarca de Albergaria-a-Velha; Sr. Salavessa por amor de Deus. Vamos discutir com seriedade. O Sr. já tem o estudo de implantação? O estudo económico? Não tem de certeza; nós já temos. E estamos preparados para o discutir aqui com o Sr. Presidente da Câmara, se nos der a honra de aqui estar. O Sr. prepare-se e venha aqui discutir seriamente sem falsos brilharetes e sem brilharetes fáceis. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Bem... parece que está a aflorar um tema interessante para uma Assembleia extraordinária; talvez. Parece que toda a gente têm interesse em discutir com diversas perspectivas a favor ou contra ou com dúvidas, num ponto de agenda de uma Assembleia normal ou numa Assembleia extraordinária, porventura convidando autarcas de concelhos interessados, para estarem presentes, para termos a sua opinião e um técnico - um economista, um engenheiro ou alguém da CP - de qualquer maneira não foi infrutífera esta formulação porque reavivou o problema. Portanto, ficamos nisso de que esta questão é relevante e todas as bancadas têm interesse em que isto se discuta, na perspectiva das vantagens aveirenses e duma solução frutuosa o mais ampla possível.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu mantive-me calado quando se fez a apologia da reconstrução da ‘Casa Eça de Queirós’. Talvez seja o elemento desta Assembleia que melhor conhece a ‘Casa Eça de Queirós’, dado que por lá brinquei desde a minha meninice, era aquilo uma serração, depois passou a depósito de gás, por lá fiz os primeiros bailaricos, conheço perfeitamente a casa. Sou um grande admirador de Eça de Queirós e estudei um pouco da vida e da obra de Eça de Queirós. Aliás, existe uma coisa que se calhar a Câmara deveria olhar, que é um vasto espólio que existe num célebre museu em Verdemilho que talvez fosse de recuperar.*

*Quanto à casa propriamente dita é preciso que se digam aqui algumas coisas que às vezes as pessoas que não conhecem (e eu quando vejo o Sr. Presidente da Câmara de peito feito para a reconstrução da casa tenho algum medo) primeiro: a casa está completamente adulterada e não corresponde de forma nenhuma à traça original. Segundo tanto quanto sei, o valor da casa brasonada, porque era uma casa brasonada, desapareceu o brasão. Em terceiro lugar, é preciso ver que se recuperar a casa Eça de Queirós, inviabiliza-se totalmente a fluidez de tráfego naquela zona, dado que a casa está profundamente*

*desalinhada com a rua aí existente. O que eu penso é que se calhar haveria formas melhores de homenagear esse grande escritor, do que eventualmente reparar aquela casa que não sei se terá o valor histórico que algumas pessoas lhe atribuem. Por isso, peço ao Sr. Presidente, penso que Eça de Queirós que eventualmente nasceu em Aveiro e que fez desejos de ser sepultado em Aveiro, nomeadamente em Verdemilho, seja justamente homenageado nesta terra eventualmente com uma obra nova a incluir naquela zona, mas é preciso estudar profundamente aquilo que se quer fazer não vá estar-se a fazer coisas que acabam por não ter valor histórico importante e acabam por ser fracas homenagens à memória desse grande homem que foi Eça de Queirós.”*

Presidente da Mesa:

*“Existia em Verdemilho na casa da família do Major Lebre um museu de Eça de Queirós. Não sei onde para isso, deve estar na família. Era importante ver isso.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Sr. Presidente, porque é que não será possível indagar da possibilidade da Câmara adquirir por exemplo, aquela quinta magnífica da Sr.ª das Dores, que tem uma capela magnífica, com um altar com cerca de 18 figuras em tamanho natural - os judeus como lhe chamam em Verdemilho - e que tem efectivamente um solar que poderia dar para aí se fazer uma homenagem séria a Eça de Queirós.”*

Vogal Gaspar Albino:

*“Ouvimos hoje, aqui à noite, o mais profundo lamento sobre a destruição de uma casa de ‘Arte Nova’ ali para os lados de Sá. Não sei se alguém se questionou também quanto às dificuldades viárias que a casa destruída entretanto poderia pôr! Eu julgo que o que se põe aqui em causa é o espírito de uma casa, que albergou o Conselheiro Queirós, a quem Aveiro tanto deve quando se fala de liberdade. Essa casa, que terá sido a casa berço de Eça de Queirós, para mim é essa e não outra. E, quando me reporto à necessidade de considerar essa casa como de interesse municipal, é porque ela tem valores históricos, valores afectivos, valores democráticos, valor de natureza que queira invocar e que julgo que são impositivos esses valores. De qualquer dos modos, o que eu sei é que há um estudo prévio para aproveitamento dessa casa. Eu não me prenciei de outra maneira. Eu falei sempre no estudo de aproveitamento de essa casa. Mas o que está subjacente em tudo aquilo que eu disse, é que para mim, o que importa é que salvguarde o espírito de tudo o que eu disse e o espírito o que contém é isto muito simplesmente: É que Aveiro seja digna de Eça de Queirós, que viveu lá, e que nos deixou um testemunho histórico que nós jamais podemos olvidar. O resto, o Executivo que pondere e avalie, que apresente soluções, que veja das necessidades viárias, veja de isso tudo, mas que não se omita a memória só por causa de uma rua. Não se destrua a memória, quando para mim a memória é que é o essencial.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Penso que a memória de Eça de Queirós é indestrutível e penso que aquela casa não é por si o garante de que a sua memória vai ser melhor ou pior defendida. O que eu penso é que se deve estudar isso muito seriamente, porque de facto, a casa não tem qualquer valor a não ser o espírito de quem residiu nessa casa. Mas, já agora por falar no espírito do Conselheiro, penso que a Câmara poderia por exemplo proceder a uma limpeza de toda a lápide, que existe no cemitério de Verdemilho, onde está sepultado o Conselheiro Eça de Queirós, que está nitidamente a precisar de uma limpeza e penso que aí era uma maneira da Câmara de uma forma singela e até barata de poder participar na manutenção desse espírito. Quanto à casa propriamente dita primeiro foi transformada num mamarracho,*

*quem passa por lá parece uma prisão, é o ninho dos ratos, não tem qualquer valor enquanto imóvel, é preferível ser transferida uma réplica para outro sitio, estudar essas coisas todas, mas a casa em si não tem valor.”*

Presidente da Mesa:

*“Eu acho muito interessante. Mas já agora desculpem-me a minha frontalidade e boçalidade. Está feita uma homenagem a Eça de Queirós e estou agradavelmente surpreendido com este interesse serôdio sobre Eça de Queirós, que durante muitos anos, só em Verdemilho, na quinta do major Lemos era homenageado, mais ninguém se lembrava até que um certo número do ‘Litoral’ publicou as relações de Eça de Queirós com Aveiro. De qualquer maneira julgo que não vale a pena insistir porque a Câmara tem essa preocupação e vai ter essa devoção, não é oportuno entrar-mos em particularidades. Portanto, dou por encerrado este tema.”*

Vogal António Vinagre:

*“Muito Obrigado Sr. Presidente. Era para deixar bem claro que não houve falta de ligação ao nosso líder de bancada quando falámos de regionalização. Agora, eu não podia deixar de falar da regionalização depois do Dr. Raúl Martins ter falado da regionalização. A haver falta de ligação, sobre essa tal conferência de líderes, a primeira falta de ligação foi o Dr. Raúl Martins ao líder de bancada do Partido Socialista. Ficou implícito das palavras do Sr. Presidente à bocado, de uma pouca de rebeldia das bases da bancada do PSD.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Muito Obrigado, Sr. Presidente. É para um pedido de esclarecimento muito breve. O Sr. Presidente da Câmara não respondeu ao problema da defesa do ‘Salgado’ que eu aqui pus. O Sr. Presidente disse que estaria para abrir um concurso. Eu pergunto, se já abriu ou não o concurso, que tempo e quando é que espera ver concretizada qualquer acção. Porque eu tenciono voltar com o tema e não queria importuná-lo desnecessariamente.”*

Presidente da Câmara:

*“Com todo o rigor, deliberámos abrir concurso e neste momento estou à espera que os serviços dêem sequência, que deve ter duas semanas, talvez.”*

Presidente da Mesa:

*“Meus Senhores, está terminado o período de antes da ordem do dia, vou ponderar se vamos iniciar o período da ordem do dia. De qualquer maneira não vou marcar para amanhã a próxima reunião, tencionava marcar para terça-feira, o que é normal e legal, mas a bancada do PP põem legítimas reservas por terem sido criadas algumas expectativas de que a reunião continuasse amanhã. Solução conciliatória, marcaria para terça-feira às 18:00 horas e fica marcada ou sexta-feira às 18:00 horas, com convocação expressa.”*

Vogal Diogo Machado:

*“Dá-me licença Sr. Presidente. A bancada do PP neste momento, entende, que a reunião continue amanhã conforme estava marcada. Há-de compreender Sr. Presidente, que nós não temos culpa alguma das suas indisponibilidades de agenda. Mas como deve calcular é mais difícil mudar a posição de treze pessoas, com reuniões marcadas, com discussões de assuntos que a nós nos interessam, previamente agendados.”*

Presidente da Mesa:

*“A razão de não marcar para amanhã, é a existência de uma conferência debate sobre Regionalização que envolve algumas pessoas, nem sabia que estava metido nisso, o problema não é meu. A razão é essa e embora tenha acrescentado essa possibilidade de continuarmos amanhã, vou deixar de ter subjectividade nas afirmações que é para depois não ser confrontado com aparentes incoerências. Vou ouvir os líderes de bancadas. O PP já se pronunciou, o PSD faz favor de se pronunciar sobre a continuação dos trabalhos.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Queria só dizer o seguinte. É que de facto tem mesmo de ser encontrado um consenso, porque não faz nenhum sentido aparecermos aqui numa próxima reunião e verificarmos que uma bancada não está cá. Isso seria, até para os pontos importantes que se seguem, seria absolutamente inadequado e, portanto, chegarmos a um ponto em que se marque uma data e a bancada do PP disser que não está cá, nós do PSD também não estamos.”*

Presidente da Mesa:

*“Acho isso uma atitude compreensível. Só que o pressuposto da ausência do PP (não vou discuti-lo) não é para mim totalmente convincente.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“É por isso que eu insisto de que teremos de arranjar um consenso.”*

Presidente da Mesa:

*“Então façam uma sugestão.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Seria possível na Sexta-feira?”*

Presidente da Mesa:

*“Então Sexta-feira, dia 9, às 18:00. O Deputado Salavessa retirou a proposta de alteração da ordem de trabalhos. Faço outra consulta: Entendem abordar o ponto número um da ordem de trabalhos ou terminamos aqui os trabalhos?. Bem, já muita gente foi embora, não vamos entrar na ordem de trabalhos. A reunião continua sexta-feira dia 9, com as alíneas todas da ordem de trabalhos, a começar pela comunicação do Presidente. ”*

De seguida e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião.

Eram 02:00 horas do dia 01 de Outubro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.